

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

1. CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	História	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2011	
CAMPUS	Campo Mourão	
CENTRO DE ÁREA	Centro de Ciências Humanas e da Educação	
CARGA HORÁRIA	Em horas/relógio: 3210	
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	Mínimo de quatro anos e máximo de seis anos.	

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE		
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input checked="" type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas: Número de vagas: Número de vagas: 40 Número de vagas:

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

-Criação do curso- Autorização do curso- Decreto estadual nº 8798, publicado no diário oficial do estado em 18/11/10, embasado no parecer CEE/CES/PR nº 218/10. Decreto n. 2843, de 20/11/2015 (Governo do Estado do Paraná).

-Parecer de Renovação do curso- Parecer CEE/CES N.º 218/10 (Autorização de Funcionamento).

-Reconhecimento de curso – atual – vigente: parecer CEE/CES – nº 59/15 – reconhecimento do curso - aprovado em 23/06/2015- processo n. 125/15 e 326/15 – protocolo n. 13.305.934-2 e n.

13.563.262-7. Resolução nº. 236/15 – Seti – de 26/10/2015 (Diário Oficial). Decreto n. 2843, de 20/11/2015 (Governo do Estado do Paraná).

- Prazo da renovação do reconhecimento – cf. parecer atual (2015) – vigente: prazo de 04 (quatro) anos – de 18/11/2014 a 18/11/2018 – com fundamento no artigo 48 da deliberação n. 01/10 – CEE/PR.

-Ano do próximo reconhecimento: 2018.

-Conceito Enade e conceito preliminar de curso (CPC) 2014: 04

BÁSICA (Diretriz Curricular Nacional do curso e resoluções afins):

-Regimento Interno da Unespar, de 5/12/2014, alterado pela Resolução Nº 014 de 15/12/2014, que regulamenta os cursos de graduação no âmbito da Unespar;

-{ HYPERLINK "<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>" \h }

-Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

-{ HYPERLINK "http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf" \h }

-Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

-{ HYPERLINK "<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES132002.pdf>" \h }

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.

-Resolução CNE nº 1, de 17/06/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

-Resolução CNE nº 2, de 15/06/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental.

-Deliberação nº 02/15-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

-Decreto Federal nº 5626, de 22/12/2005, que regulamenta a lei no. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no. 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

-Deliberação nº 02/16-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

-Deliberação nº 02/16-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

- Resolução CNE/CP nº 02/15, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, particularmente no que se refere à efetiva articulação com a educação básica.
- Resolução CES/CNE nº 3, de 02 de julho de 2007: procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA

As discussões desenvolvidas em torno da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de História (PPC-H) estão inseridas no contexto do debate das diretrizes teórico-metodológicas, da contínua prática da reflexão sobre o fazer pedagógico e das demandas intra e extrainstitucionais que são apresentadas ao Curso, além de constituir-se como uma atribuição e exigência definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/96, Art. 12 e 13). Assim, vale destacar, em especial, dois conjuntos de marcadores presentes no processo de repensar o Projeto do Curso de História, *campus* de Campo Mourão.

O primeiro conjunto de elementos refere-se às normatizações e orientações oriundas tanto das políticas de Estado, como da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Nesse sentido, convém retomar o Plano Nacional da Educação (PNE, 2014-2024), sobretudo em suas metas 12/13 e 15/16, em que são apresentados objetivos e estratégias para serem atingidas pela educação brasileira até 2024, em que as Instituições de Ensino Superior (IES) são inseridas como colaboradoras junto à União. Aumentar a taxa de matrícula e a qualidade da Educação Superior, em especial dos cursos de licenciatura; promover a curricularização da extensão; assegurar formação específica de nível superior aos (às) professores (as) da Educação Básica e ampliar o acesso a Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, garantindo formação continuada na sua área de atuação, constituem parte substancial dos desafios do Ensino Superior, ao qual a reestruturação do PPC-H procura estar em consonância.

Em sintonia com o PNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs, n. 2/2015), publicadas em julho de 2015 pelo Ministério da Educação (MEC), definem que, no prazo de dois anos, as Universidades – por meio de seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) – em conjunto com os Cursos de Graduação, promovam a articulação entre o Ensino Superior e a Educação Básica, ampliando e fortalecendo as políticas para a formação inicial e continuada de profissionais do magistério. A essa resolução, cujo corolário está relacionado à finalidade da graduação, somam-se os debates em torno da definição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reformulação do Ensino Médio, as discussões

realizadas por profissionais da área, além daquelas promovidas pelas associações e entidades ligadas ao campo da História, tais como a Associação Nacional de História (ANPUH).

Ainda na esteira dos marcos normativos e orientadores, vale mencionar o Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação, iniciativa encampada pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) da UNESPAR, que, desde 2015, vem promovendo debates junto à comunidade acadêmica a fim de contribuir para a consolidação da universidade, estabelecendo uma política voltada ao fortalecimento, qualificação e articulação dos cursos de licenciatura e bacharelado. Essa ação, envolvendo todos os cursos de graduação, cria algumas condições institucionais voltadas para pensar a importância e articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão como elementos constitutivos da formação dos (as) estudantes, além de compor elemento fundamental para inserção qualitativa da universidade na sociedade contemporânea.

O segundo conjunto de marcadores presentes no processo de reestruturação do PPC refere-se à própria *história* do curso de História, *campus* de Campo Mourão, instalado e em funcionamento desde fevereiro de 2011, quando teve o ingresso de sua primeira turma, em vestibular especial realizado no mês de janeiro daquele ano. Assim, o projeto original do Curso foi concebido e construído em conformidade com as possibilidades institucionais daquele momento: curso pertencente a uma faculdade de ensino – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam); corpo docente efetivo reduzido; equipamentos e infraestrutura de salas e laboratórios modestos; biblioteca e literatura especializada em fase de constituição, entre outros elementos presentes em 2011. O início do curso atendia a uma grande expectativa da instituição e da comunidade regional – afinal não existia curso de História instalado na região –, apesar das dificuldades inerentes ao seu processo de implementação.

Passados sete anos de seu funcionamento, entendemos a pertinência e a necessidade de pensar *o fazer* do Curso de História, envolvido em um cenário transformado e complexificado: incorporado e constituinte da nova universidade – UNESPAR; ampliação e diversificação do corpo docente efetivo e de docentes em contrato de Regime Especial (CRES) – embora com insuficiência de vagas; alteradas algumas condições de trabalho – destinação de sala de reunião, de aulas e administrativas; instalação de laboratórios de ensino e práticas pedagógicas, além do desenvolvimento de projetos de ensino, extensão e pesquisa, envolvendo docentes, estudantes e comunidade externa. Enfim, são flagrantes as mudanças em que o Curso esteve envolvido, que trazem não apenas novas demandas, como também novas possibilidades e novos espaços de diálogo e efetivação do curso de História.

Finalizando, faz-se essencial registrar a criação de programas de Mestrado na UNESPAR e, em específico, do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) e do Programa de Pós Graduação em História Pública (PPGHP) - com impacto em aspectos como os

da relevância e inserção social do curso, acesso e permanência, e mesmo retorno de egressos a UNESPAR. Cursos de Pós-Graduação têm sido o destino de muitos alunos do curso de História e demais cursos da UNESPAR/Campo Mourão. O alvo tem sido não só a própria UNESPAR, mas cursar mestrado em outras Instituições de Ensino como na UNIOESTE, UEM, UEL, UFPR, etc. Alunos de diversos cursos da universidade têm visado o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) e, depois da criação do PROFHISTORIA e do PPGHP, alunos(as) de História têm visado também a pós graduação. Alunos(as) ainda graduandos e alunos egressos. Alunos e alunas do curso têm pedido informações sobre a pós-graduação já durante sua graduação, manifestando estrategicamente interesse em cursá-lo.

Voltado para formação continuada de professores já atuando no Ensino Básico, o PROFHISTORIA – um curso público fomentado pela CAPES - atrai alunos do estado do Paraná - muitos moradores de cidades a mais de 100 km de distância. Inclusive alunos de Curitiba. O fato reforça a concepção de uma universidade socialmente integrada a um raio geográfico de atuação que se amplia cada vez mais pelo reconhecimento da qualidade do curso PROFHISTÓRIA da UNESPAR, o que favorece a permanência e o retorno de ex-alunos ao curso de História. Na seleção do PROFHISTORIA em 2016, houve 42 alunos inscritos, sendo que 8 deles eram egressos do curso de graduação e a média se manteve em 2017. Com oferta de formação que contempla experiências já desenvolvidas por professores na escola, o PROFHISTÓRIA releva um princípio de universidade como entidade estratégica, democrática e integrada a sua região no Paraná, porque se baseia na reciprocidade do diálogo social: o PROFHISTÓRIA é um curso cujo princípio valoriza o que o professor experimenta na prática diária de trabalhador docente. Dentro do curso, os professores-alunos dividem suas inquietudes e desafios profissionais com os docentes da UNESPAR, os quais os ajuda em seus dilemas docentes. Alojado em uma universidade que postula como valores o diálogo e a preocupação social – o PROFHISTÓRIA executa a ideia de que ele ajuda a melhorar a universidade mesmo, porque, sendo seus alunos trabalhadores do ensino e partilhando dentro do curso suas experiências profissionais, os alunos do PROFHISTÓRIA trazem para a universidade sua carga de experiência profissional.

Quanto ao PPGHP, cabe destacar a contribuição da especificidade deste programa para o universo de ação dos alunos(as) formados(as) no curso de História, bem como destacar as parcerias entre a formação da graduação com a formação propiciada pelo programa. Especificamente, o programa PPGHP se constitui em uma perspectiva historiográfica cujo foco está voltado para a análise, compreensão e explicação de debates e fenômenos públicos que envolvem conhecimentos históricos. Nesse sentido, as pesquisas em História Pública envolvem a compreensão sobre a(s) audiência(s), a partir da problematização da produção de conhecimentos

históricos acionados por diferentes agentes e/ou instituições; com a(s) audiência(s), de maneira colaborativa entre o pensamento histórico acadêmico e aquele(s) produzido(s) fora da comunidade acadêmica; e para a(s) audiência(s), com a elaboração de reflexões, serviços e produtos que articulem o arcabouço de pesquisas historiográficas às demandas sociais, intelectuais, políticas e comerciais específicas sobre a história. O curso de História como um todo ganha muito com esse diálogo social mediado pelos seus cursos de mestrado. O curso de graduação em História está organizado aqui, neste projeto, a partir de uma interação e articulação fundamental entre Ensino de Graduação e de Pós-Graduação, Ensino Básico e Superior – vinculados ao que é a principal motivação da procura dos alunos ingressantes no curso, qual seja: o ensino e a licenciatura. A taxa de ocupação de vagas do curso de História na UNESPAR Campo Mourão é de 100% e isso demonstra que o horizonte de expectativa do ingressante no curso de História está sendo satisfeito.

Assim, para a construção do seu segundo PPC-H, colocou-se como imperativo, na esteira de uma expertise acumulada pelo Curso, colher e debater as experiências pedagógicas individuais e coletivas de docentes, dialogar com a comunidade acadêmica acerca das demandas e especificidades do ensino, sintonizar-se às diretrizes políticas voltadas para os cursos de licenciatura, conectar-se às mudanças e vicissitudes da recente criação da UNESPAR, a fim de pensar e propor a construção do Curso de História, e conseqüentemente do perfil do(a) egresso(a), consoante às demandas de uma sociedade contemporânea marcada pelo dinamismo e pela transformação.

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

Narrar feitos e ações humanas são práticas tão remotas quanto as primeiras organizações sociais. Tradições orais, artefatos e desenhos em grutas e cavernas são importantes indícios de como sociedades em tempos e regiões diferentes preocuparam-se em registrar e transmitir aos grupos de então, e às gerações sucessivas, determinados ensinamentos, costumes, atividades e valores. Embora as finalidades específicas desses registros não sejam totalmente conhecidas, é possível inferir que havia nas narrativas anteriores à escrita um pensamento histórico que associava o que hoje entendemos por passado, presente e futuro.

Já com os primeiros registros gráficos, tornou-se evidente a necessidade que os agrupamentos humanos tinham de organizarem-se no fluxo temporal. Escritos e narrativas de naturezas variadas, como religiosas, crônicas, poéticas e políticas comprovam o fato de que se situar no tempo, especificamente na relação entre o antes, o agora e o porvir, era indispensável para se orientar no contexto imediato em que estavam inseridos, independentemente da verossimilhança do “enredo”.

Já os primeiros escritos mais sistematizados que se preocuparam com a veracidade dos fatos relatados, próximos ao que hoje compreendemos por história, situam-se na Grécia Antiga.

Heródoto de Halicarnasso, que viveu no século V a.C., é, com frequência, considerado um dos mais remotos e importantes precursores das narrativas históricas. Em sua obra mais conhecida, *Histórias*, ele descreve acontecimentos que testemunhou, depoimentos de terceiros e documentos: há um primeiro e relevante compromisso com a verdade do que se passou (MOMIGLIANO, 2004).

Da Grécia Antiga ao mundo atual, ocorreram mudanças significativas na história como um ramo do saber humano: o período medieval assistiu a associações entre acontecimentos reais e revelações religiosas, produziu hagiografias como exemplos a serem seguidos e preconizou um tempo teleológico com matiz escatológico cristão. O renascimento italiano, por sua vez, promoveu uma revalorização de textos antigos e, simultaneamente, criou técnicas de preservação e análise, serviu a desígnios de principados com uma história encomiástica e se distanciou, tanto quanto as circunstâncias lhe permitiram, de narrativas que, inadvertidamente, articulavam o eterno espiritual ao efêmero terreno. O iluminismo, e seus desdobramentos, produziu novas narrativas sobre a história: a partir de mudanças sociais, políticas, tecnológicas, econômicas e culturais inéditas e apoiadas em uma concepção de tempo voltada prioritariamente para o futuro, emergiram as filosofias da história, cujo intuito era não apenas descrever fatos, mas identificar no seu conjunto princípios de unidade, universalidade e sentido (BOURDÉ; MARTIN, 2003; KOSELLECK, 2013).

Todavia, a grande alteração originou-se no século XIX com a cientifização da história. Muitos fenômenos convergiram para que isso ocorresse, entre os quais é indispensável mencionar três deles: uma nova concepção de tempo, que discriminou e reconheceu as especificidades de passado, presente e futuro; a singularização coletiva da palavra história, convertendo as várias histórias individuais em uma única história, com uma visão do todo, da unidade, do processo (KOSELLECK, 2013); e o distanciamento da história de áreas como Filosofia, Literatura e Retórica e sua aproximação com as ciências, mediante o uso de métodos, fundamentação empírica, bibliográfica e lógica, e, obviamente, a constituição de uma comunidade de praticantes que comungavam determinados preceitos. A história enquanto um ramo científico do conhecimento se funda, portanto, a partir de uma preocupação específica com as ações humanas no tempo mediante procedimentos cientificamente conduzidos (MARTINS, 2009).

A elevação da história no século XIX a uma ciência modificou sua reputação social e acadêmica. Criaram-se cursos específicos para a formação de profissionais habilitados; fundaram-se os primeiros grandes arquivos; os conhecimentos históricos passaram a reforçar as heranças culturais que transformavam povos em nações; o passado tornou-se objeto de ensino em escolas primárias; países como França, o que hoje é a Alemanha, o próprio Brasil, entre tantos outros, tiveram incentivos governamentais e apoio das elites letradas para coletar documentos,

desenvolver pesquisas e divulgar histórias nacionais (DOSSE; DELACROIX; GARCIA, 2012). A história, enfim, entrava para a galeria de saberes indispensáveis para a formação de cidadãos cientes de seus direitos e deveres (GUIMARÃES, 1988).

O pensamento histórico da época, por conta de fatores contextuais, como a formação dos Estados-Nação, iminência de guerras, expansão neocolonial e burocratização de processos administrativos, voltava-se, sobretudo, para eventos políticos, militares e diplomáticos. Somada à necessidade de neutralidade científica, a história no século XIX se propunha a registrar o que realmente aconteceu com base em fontes compreendidas como confiáveis, principalmente as oficiais, distinguindo da profusão de fatos pretéritos aqueles que representassem uma alteração do curso da história, amiúde executados por figuras ilustres.

Entretanto, a história que temos hoje no ensino escolar, nas pesquisas, no ensino universitário e nas livrarias não é um reflexo da história do século XIX. Embora tenhamos conservado muitas características das primeiras escolas historiográficas, como o uso de métodos, a referência documental e a pretensão de cientificidade (MARTINS, 2011), os historiadores, no começo do século XX, colocaram em pauta novos questionamentos ao conceito de documento, ao privilégio em pesquisar determinadas dimensões da realidade em prejuízo de outras, à ideia de sujeito autônomo e, sobretudo, à crença de que era possível descrever de modo imparcial o que realmente aconteceu, materializando os resultados da pesquisa em uma narrativa que era, de fato, a expressão do que se deu no passado (REIS, 2000; BURKE, 1991).

Em seu lugar, historiadores franceses, como Marc Bloch e Lucien Febvre, propuseram um novo entendimento de documento, pesquisas em outras dimensões da realidade, recortes cronológicos mais dilatados, repensaram a relação sujeito/sociedade e questionaram veementemente a narrativa como forma científica de se produzir conhecimento histórico. Para eles, em vez de ser descrito e narrado tal como se deu, o passado deveria passar pelo escrutínio da problematização: aos historiadores, como cientistas sociais, caberia questionar as suas fontes, criar hipóteses, duvidar das ideias cristalizadas por contumácia e assumir sua participação na construção do objeto de pesquisa. Problematizar, dessa perspectiva, tornaria a história consentânea às outras ciências sociais, como a Sociologia, a Antropologia, a Economia, a Geografia, etc., e permitiria aumentar nosso grau de conhecimento sobre o mundo que nos cerca mediante o estudo das relações entre passado e presente (REIS, 2000; BURKE, 1991).

Ainda que o século XX e o atual tenham assistido a muitas inovações no campo da história, em nenhuma nova tendência a problematização deixou de ser um princípio de ofício. A história social e o neohistoricismo alemães, a microhistória italiana, a nova esquerda inglesa, a nova história francesa ou qualquer outra vertente relevante contemporaneamente não substituíram a problematização: trata-se de um procedimento não apenas preponderante, mas que caracteriza a

própria produção historiográfica atual.

No ofício de historiador (a), problematizar consiste em formular pergunta(s) aos documentos e/ou à literatura com o intuito de questionar as práticas, os valores, os costumes e as representações sociais naturalizados sobre um determinado tema. Para que ocorra a problematização, é necessário assentir a três pressupostos: 1º) que as ações humanas no tempo foram resultado de escolhas, logo, que as continuidades e descontinuidades em história são “construções” circunstanciais; 2º) que é possível identificar as condições a partir das quais determinadas escolhas foram efetivadas. Isso implica em pesquisar a fundo o *corpus* de análise e a literatura do tema a fim de detectar variáveis e fatores que permitiram ou impediram dadas ações e como isso se deu na relação sujeito/sociedade, consciente/inconsciente, norma/desvio, evento/estrutura, relações de poder, enfim, em um conjunto de situações, dentro de um tempo e um espaço, que envolvem o campo de observação com o qual o (a) historiador (a) se ocupa; 3º) por fim, problematizar acarreta, necessariamente, na ressignificação e/ou inclusão de novos dados a respeito do fenômeno em foco. Não basta, portanto, questionar. É indispensável que a dúvida venha acompanhada de informações que permitam uma compreensão nova sobre o que está sendo problematizado, seja o que for.

E é justamente a partir do conceito e da prática da problematização que a Graduação em História da UNESPAR, *campus* de Campo Mourão – PR, objetiva formar futuros historiadores e historiadoras que atuarão no Ensino de História, em pesquisas, em assessorias, em editoras, em consultorias e diferentes tipos de atividades profissionais e eventos nos quais haja uma preocupação com as relações entre passado, presente e futuro.

Dessa perspectiva, o curso de História da UNESPAR de Campo Mourão propicia e estimula problematizações acerca de três grandes áreas: as sociedades pretéritas e atuais; a produção historiográfica; e o ofício de historiadores (as). Problematizar as sociedades do passado e as contemporâneas por meio de estudos históricos consiste em compreendê-las dentro de suas próprias circunstâncias, com as possibilidades e limites que lhes eram e são pertinentes. Trata-se de abordar a história – as ações humanas no tempo (BLOCH, 2001) – como objeto passível de entendimento, descrição e explicação, constituindo-se, assim, em uma ação que investiga as descontinuidades entre o antes e o agora e as heranças – sejam elas positivas ou negativas – que permanecem atuantes no nosso presente. Desta forma, permite-nos compreender o passado como um conjunto de escolhas possíveis que reverberaram de alguma maneira no tempo. Simultaneamente, concede-nos uma ampliação compreensiva sobre o presente e as decisões que nele tomamos. Trata-se, enfim, de desnaturar as relações sociais, os valores, as ideias, os costumes e as práticas e entendê-los como produtos de decisões efetivadas em conformidade com as relações de poder, as expectativas e experiências do momento dos (as) agentes históricos envolvidos.

A segunda grande área problematizada no curso de História é a própria produção historiográfica. Nesse caso, cabe aplicar ao conhecimento produzido por historiadores e historiadoras o mesmo rigor conceitual e metodológico adotados na análise da história humana. Como ressaltou Michel de Certeau,

[...] o gesto que conduz as „ideias“ aos *lugares* é precisamente um gesto de historiador. Para ele, compreender é analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método inicialmente instaurou a partir de seus próprios critérios de pertinência. Quando a história se torna, para quem as pratica, o objeto de sua reflexão, pode-se inverter o processo de compreensão que conduz um produto a um lugar? O historiador seria então um fugitivo, cederia a um alibi ideológico se, para estabelecer o estatuto de seu trabalho, recorresse a um *além* filosófico, a uma *verdade* formada e recebida fora dos caminhos pelos quais, em história, todo sistema de pensamento encontra-se referido a „lugares“ sociais, econômicos, culturais etc. Tal dicotomia entre o que ele faz e o que diria serviria, além do mais, à ideologia reinante, protegendo-a da prática efetiva. Consagraria igualmente as experiências do historiador a um sonambulismo teórico. Mais ainda, na história como em outras disciplinas, uma prática sem teoria leva necessariamente, num momento ou noutro, ao dogmatismo de „valores eternos“ ou à apologia de um „intemporal“ (1995, p. 17-18 – grifos do autor).

Por conseguinte, problematizar a produção historiográfica significa, antes de mais, compreendê-la como produto humano e do seu tempo, espaço, condições em que foi realizada e todo um conjunto específico de circunstâncias a que está submetida e a que submete. Trata-se de entendê-la entre a limitação da objetividade e o controle pelos pares dos fatores subjetivos.

Por fim, a terceira e última grande área que caracteriza o processo de formação intelectual e social de estudantes do curso de História da UNESPAR de Campo Mourão refere-se à problematização do próprio ofício. É nesse sentido, por exemplo, que são fomentados debates sobre a responsabilidade técnica e ética dos (as) historiadores (as), independentemente do campo em que atuarão; discussões sobre as funções do conhecimento histórico ao longo do tempo e contemporaneamente; estudos sobre o *status* do Ensino de história, formal e não-formal; reflexões a respeito das complexas relações entre as diversas modalidades de memória e a história; e ponderações sobre o (a) profissional e seu campo de atuação, questionando a profissão, seus limites e as expectativas em conjunção com as demandas sociais e as características pessoais e locais em que cada um (a) está inserido (a). Trata-se de entender o sujeito como ser historicamente condicionado e, simultaneamente, como agente histórico capaz de alterar determinadas circunstâncias a sua volta: problematizar o ofício é, na realidade, uma problematização dos

indivíduos e grupos que o promovem.

Portanto, as problematizações nos três níveis acima descritos caracterizam o curso de História da UNESPAR de Campo Mourão. Por ser um norteador formal que permeia as atividades acadêmicas e culturais, a problematização tem uma série de vantagens para a formação dos (as) graduandos (as) em História, entre as quais: a) pluralismo teórico e metodológico; b) alto grau de consciência acerca do “[...] que fabrica o historiador quando „faz história”” (CERTEAU, 1995, p. 17); c) adoção de diferentes posicionamentos políticos; d) habilidade para relacionar as discussões teóricas às atividades pragmáticas; e) diversas possibilidades de pesquisa, com fontes, temas, recorte espacial e temporal, áreas historiográficas, escala de análise etc. muito diferentes entre si; f) capacidade para pesquisar e aprender por iniciativa própria. Todos esses e outros benefícios da problematização estão a favor de um (a) estudante e futuro (a) historiador (a) que tenha autonomia intelectual, com percepção e flexibilidade para articular as necessidades do mundo que o cerca às suas aptidões cognitivas, comunicativas e sociais, criando, deste modo, novas formas de reflexão e ações práticas.

Vale destacar, porém, que a problematização no curso de História deve se ater aos dois princípios que fundam a área: a preocupação com o tempo e a observância dos procedimentos científicos que regem a transformação das memórias e dos documentos em um discurso historiográfico, independentemente se ele se materializa por meio da escrita, de uma peça de teatro, de um documentário ou de uma aula na rede escolar. Em relação ao primeiro princípio, ele se expressa, por exemplo, nas relações que se estabelecem entre fenômenos pretéritos e atuais; no destacamento da singularidade relativa de acontecimentos e valores; e no contraponto entre continuidades e descontinuidades na história. No que diz respeito ao segundo princípio, ele se consolida na fundamentação bibliográfica, empírica, lógica, teórica, metodológica e ética. São essas fundamentações que permitirão a verificabilidade e a apreciação do valor cognitivo da historiografia pela comunidade de historiadores (as), de forma específica, e pela sociedade, de modo geral.

Todo o esforço em formar um (a) profissional capaz de problematizar historicamente seu objeto de estudo e a realidade na qual está inserido (a), visa a atender a uma necessidade de formação humana qualificada para Campo Mourão e uma região vasta de municípios vizinhos. Nesse sentido, o (a) profissional formado (a) em História na UNESPAR de Campo Mourão estará apto a ocupar cargos e funções em âmbito privado e público, melhorando o nível educacional e contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento regional nas esferas econômica, política, ambiental, cultural e social.

METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As relações entre as diversas metodologias de ensino e as diferentes formas de

aprendizagem praticadas no curso de História da UNESPAR, de Campo Mourão estão diretamente vinculadas à Concepção, Finalidades e Objetivos expressas neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Nesse sentido, temos duas preocupações de primeira ordem: formar um (a) profissional apto (a) a problematizar os acontecimentos humanos no tempo, a produção historiográfica e o seu ofício; e graduar um (a) licenciado (a) com sensibilidade social e habilidade cognitiva suficientes para criar, fomentar e conduzir problematizações em seu trabalho diário.

As metodologias de ensino e os entendimentos de aprendizagem usados para se alcançar os objetivos acima são variados, sobretudo se considerarmos que há uma série de circunstâncias imprevistas que podem influir nesse processo. Entre os pressupostos norteadores que regem os recursos metodológicos praticados no curso de História estão a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a pluralidade epistemológica; a didática da história; diversidade metodológica; um conceito ampliado de formação humana; o diálogo entre conhecimento histórico e demandas sociais; e uma forte preocupação em integrar as dimensões teóricas e práticas em um todo coeso e coerente.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão historicamente foi mais um emblema do que uma realidade na organização do Ensino Superior brasileiro desde o advento dos cursos de pós-graduação no início dos anos 1970 – Ensino Superior que passou a prestigiar sobremaneira a pesquisa em detrimento do ensino e da extensão – pesquisa que ainda hoje é o que consagra dentro da universidade (FILHO, 2014, p. 94). Esta é uma realidade que o curso de História da UNESPAR, *campus* de Campo Mourão, quer rever.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem como pressuposto que o processo inseparável ensino/aprendizagem é beneficiado ao articular ações nesses três pilares da universidade. Atividades como aquelas desenvolvidas em sala de aula aumentam sua capacidade de propiciar um ensino e uma aprendizagem significativos quando se associam, por exemplo, ao Programa de Iniciação Científica (PIC), que prepara, prioritariamente, para a pesquisa, mas que está em constante diálogo com as carências cognitivas socialmente disseminadas e com os conteúdos programáticos das disciplinas. Na mesma direção, os debates historiográficos e pedagógicos ganham outra conotação quando são conectados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que cria condições fundamentais para o contato com o ambiente das escolas, seus respectivos atores e todo um conjunto de saberes específicos, disponíveis apenas a quem tem a oportunidade de realizar um contraponto entre as reflexões geradas no meio acadêmico e aquelas oriundas da rede escolar. Por isso, a separação entre ensino, pesquisa e extensão é não apenas artificial como, na prática, um equívoco conceitual. Ensina-se e se pesquisa na extensão; se estabelecem diálogos com a comunidade externa ao curso de História nas discussões promovidas em sala de aula, entre presente e passado, e nas investigações

problematizadas que são desenvolvidas; e, obviamente, pesquisa-se a todo o momento. As pesquisas com seres humanos desenvolvidas no curso estão presentes nas diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-9247) da instituição, o qual está vinculado à Plataforma do Sistema Nacional.

A pluralidade epistemológica, por sua vez, exerce a imprescindível tarefa de apresentar muitas possibilidades de compreender e explicar os objetos historiográficos, educacionais e o contexto espacial, temporal e circunstancial em que a sociedade está envolvida. É a partir dessa diversidade, por exemplo, que os (as) estudantes conhecerão autores e autoras de vertentes diferentes, quando não excludentes, terão contato com distintas ideias sobre um mesmo ponto, poderão comparar interpretações conflituosas e, sobretudo, exercitar sua capacidade de entender o ponto de partida das propostas, bem como suas finalidades, respeitando, assim, as especificidades de cada teoria. O que une as diversas posições epistemológicas no curso de História da UNESPAR, campus de Campo Mourão, tanto no nível historiográfico, quanto pedagógico, é a observância às regras gerais que distinguem e qualificam um campo como científico, consubstanciados nas fundamentações empíricas, conceituais, metodológicas, éticas e bibliográficas. É na pluralidade epistemológica, por conseguinte, que o aprendizado se torna frutífero e criativo.

No que diz respeito à didática da história, o seu princípio basilar é que a aprendizagem na área de história tem particularidades próprias que não se confundem com ensinamentos genéricos característicos das didáticas gerais (RÜSEN, 2011). Esse princípio, entre outros desdobramentos, propõe que a aprendizagem histórica é significativa quando permite e proporciona aos (às) estudantes se guiarem no fluxo temporal a partir do conhecimento e das relações entre experiência, interpretação e orientação. Essa primeira ideia se solidifica com uma consciência histórica crescente que estabelece relações entre passado e presente de reafirmação (modo tradicional), de regularidade (modo exemplar), de negação (modo crítico) e de transformação (modo genético). É a partir dessa consciência histórica que, simultaneamente, se reconhecerão as necessidades cognitivas sobre o passado e sua interação com presente e futuro, em suas formas pré e científica, e se estimularão concepções de identidade e alteridade no âmbito social e histórico.

No que se refere à diversidade metodológica em sentido restrito, i. e., como um conjunto de meios para se atingir intencionalmente um determinado aprendizado, no curso de História da UNESPAR, campus de Campo Mourão, a exemplo da pluralidade epistemológica, há a adoção de uma variada gama de procedimentos. As aulas presenciais, por exemplo, podem ter uma perspectiva predominantemente magistral, dialogada ou construtivista, dependendo do estágio da disciplina e dos objetivos dos (as) docentes que as ministram; os debates com frequência são estimulados por meio de vídeos de naturezas diversas, como comerciais, documentários, filmes,

séries, etc.; o conceito ampliado de documento, por seu turno, favorece atividades com diferentes materiais, como fontes oficiais, literatura, jornais, fotografia, jogos, redes sociais, entre outros; há, ainda, práticas recorrentes de análise e produção de material didático; e, por fim, os constantes exercícios de comunicação oral e os ensinamentos voltados à leitura e escrita de textos historiográficos convergem para que a problematização seja um hábito no processo de ensino e aprendizagem. Toda essa variedade de metodologias e técnicas mencionadas não exaure os recursos usados, mas dão uma mostra da preocupação em oportunizar diferentes maneiras de se aprender respeitando as habilidades particulares dos (as) próprios (as) estudantes.

Embora todos os recursos metodológicos e a pluralidade epistemológica funcionem como princípios que orientam condutas docentes e discentes no ensino/aprendizagem, eles só adquirem sua devida virtude quando se coadunam com um conceito ampliado de formação humana que embasa o curso de História da UNESPAR, campus de Campo Mourão. Por isso, tão relevante quanto as atividades ordinárias de ensino, pesquisa e extensão são os eventos acadêmicos e não-acadêmicos que criam condições favoráveis para uma formação intelectual e humana sensível às demandas sociais, atenta para as mudanças políticas e atualizada com reformulações educacionais. Atividades como minicursos, viagens, congressos, comunicações científicas, palestras, diálogos com professores (as) e estudantes da rede básica de ensino, festivais, sessões de cinema, debates, entre muitas outras, aguçam o olhar dos (as) estudantes e enriquecem a capacidade de relacionar a dimensão teórica à prática.

Todo esse conjunto de ações e princípios está sustentado em uma matriz curricular diversificada, integrada e voltada a um ensino preocupado com uma aprendizagem significativa. A nova matriz curricular marca a atualização das perspectivas e formas de entender a realidade contextual tanto da área de História, quanto dos seus estudantes. Uma iniciativa refletida e aprimorada estrategicamente a partir de dados de pesquisa conduzida no âmbito do Curso pelo Laboratório de Ensino de História (LEHIS), sobre os graduandos (as), evadidos (as) e egressos (as) do curso de História.

Com uma matriz curricular mais flexível e atenta às novas demandas, os estudantes podem cursar entre o primeiro e o sexto semestre uma disciplina optativa, composta por estudantes das diferentes séries do curso, permitindo maior convivência, interação e troca de experiências. Esse potencial pode ainda ser destacado com a composição de duas disciplinas eletivas, uma delas presente no sétimo e outra no oitavo semestre. Uma ação prática que visa maior atenção aos estudantes graduandos e, ao mesmo tempo, um combate à evasão do curso. Além disso, a ação está atrelada ao acompanhamento dos estudantes egressos na sua inserção no mercado de trabalho, revelando elementos para o constante repensar do Curso. As disciplinas ofertadas na modalidade Semipresencial (SP) utilizarão a estruturadas na plataforma Moodle®. Conforme indica o

Regimento Interno da Unespar, as avaliações desta modalidade serão realizadas presencialmente e caberá ao(a) professor(a) das respectivas disciplinas semipresenciais gerenciar estas atividades desenvolvidas a partir dessa Plataforma.

A indissociabilidade repensada entre ensino, pesquisa e extensão, a pluralidade epistemológica, a didática da história, a diversidade metodológica, um conceito ampliado de formação humana, e a preocupação em integrar as dimensões teóricas e práticas proporcionam um ambiente favorável a problematizações e à formação de um (a) historiador (a) preparado (a) para lidar com criatividade, autonomia, ética e fundamentação em possíveis situações adversas na sua atuação profissional.

AValiação DE APRENDIZAGEM

Entende-se aqui a avaliação enquanto um processo ancorado na compreensão da relação existente entre o planejamento da disciplina e o real alcance das aulas, uma atividade intrinsecamente imbricada na busca por profissional preparado para os desafios da profissão de historiador(a), nas funções de pesquisador(a) e de educador(a) (LAZZARI; BARBOSA, 2004; LAMBONI; SELVA, 2008; TARDIF, 2007), que venha a considerar nas suas ações o seu público, em sua maioria formada por estudantes trabalhadores(as) (GOMES; FRIGOTTO, 1989), e, especificamente, esteja baseada nas diretrizes das políticas de inclusão social e de acessibilidade da UNESPAR (PDI, 2011).

Nas formas Diagnóstica, Somativa e Formativa (De SORDI, 2001; LUCKESI, 2006; PERNOUD, 1999), aplicadas em conformidade com o Plano Político Institucional da UNESPAR (PPI, 2012), e com o intuito de aferição e apresentação de notas individuais por disciplina, a avaliação deve se pautar numa abordagem processual. Ancorada no constante relacionar entre as concepções de formação emancipatória e problematizadora (BARREYRO; ROTHEM, 2008) esperamos que a avaliação atente à relação ensino aprendizagem numa perspectiva continuada, pautada naquilo que ela contribui a um diagnóstico da realidade de conhecimento prévio do (a) estudante frente aos componentes curriculares, a mensuração de conhecimentos adquiridos, e a apresentação de um instrumento de reflexão formativo.

Para essa ancoragem é necessário demonstrar como os instrumentos de avaliação a serem aplicados periodicamente são constituídos dentro do processo de ensino-aprendizagem de cada disciplina e do curso no seu todo. A avaliação não tem apenas como propósito diagnosticar ou mensurar o grau de desempenho acadêmico, individual, mas também tem o intuito de avaliar a capacidade do próprio curso em promover a reflexão teórica, a problematizar processos históricos, abordar com criticidade temas e contextos, compreender a relação entre saber histórico e sociedade, associar aspectos micro e macrosociais, dialogar com interpretações do passado, entender a multiplicidade dos modos de perceber o mundo no presente, valorizando, com isso, os

distintos protagonismos históricos.

Nessa perspectiva, a avaliação diz respeito à relação de autoavaliação docente e mesmo da própria estrutura da disciplina, e deve ela contribuir para uma autoavaliação sistêmica. Assim, a avaliação permite ao corpo docente rever suas práticas pedagógicas, formas de abordagens, metodologias de ensino empregadas e, ainda, possibilita ao curso diagnosticar problemas e dificuldades encontradas no processo ensino-aprendizagem, a fim de buscar resultados mais profícuos para o processo de formação docente. Ao (à) discente, a avaliação propicia analisar sua própria postura diante do processo ensino-aprendizagem, a ter diferentes potencialidades valorizadas e a construir uma abordagem na qual venham a aprender com a própria avaliação.

No curso de História da UNESPAR, *campus* de Campo Mourão, os instrumentos de avaliação estarão previstos em cada Plano de Ensino elaborado por docente responsável pelas disciplinas, e os mesmos serão apreciados e aprovados pelo Colegiado de Curso, atendendo às formas avaliativas dispostas no PPC, e em consonância com os propósitos do curso e da própria instituição em suas disposições legais acerca da avaliação.

Especificamente, no tocante ao estudo bibliográfico, as avaliações poderão ser de vários tipos: estudo de correntes teóricas; do efetivo aprendizado decorrente da participação e/ou atuação em palestras, oficinas, minicursos, sejam eles específicos do campo da História ou de áreas afins; manuseios de fontes incorporadas pela historiografia discutida; emprego da norma culta na produção de narrativas científicas; observância da relação pesquisa, narrativa, e público receptor, considerando, eventualmente, o caráter público da produção do conhecimento histórico; tratamento didático e pedagógico destinado pelo (a) historiador (a) ao público alvo das licenciaturas; realização de práticas que visem à inserção do (a) historiador (a) no mercado de trabalho; e a aplicação do uso de tecnologias no ambiente de ensino, entre outras.

A perspectiva processual da avaliação acontece no cotidiano das disciplinas, mediante a aplicação de instrumentos avaliativos de diversas modalidades, entre elas, provas dissertativas; apresentação de comunicações e emprego da oralidade; debates; análise de fontes, como imagéticas, audiovisuais, periódicos acadêmicos, documentos oficiais e etnográficos; atividades em grupos; produção de materiais didáticos; criação artística, videográfica e emprego de tecnologias; ensaios, pesquisas em manuais, em bibliografia especializada da História ou de outras áreas afins; elaboração de artigos, resenhas e projetos; a autoavaliação e/ou heteroavaliação; produção de portfólio, entre outras atividades avaliativas que propiciem ao (à) estudante manifestar sua compreensão e domínio de conteúdos curriculares, suas reflexões acerca do conhecimento histórico, assim como expor os saberes adquiridos tanto no âmbito escolar, quanto o de suas experiências vividas.

PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

O curso de História da UNESPAR, *campus* de Campo Mourão, tem, no conjunto do seu público, diferentes perfis de estudante. Entre eles, na sua maioria, estudantes que recém concluíram o Ensino Médio e buscam, prioritariamente, na licenciatura, oportunidade de trabalho e de formação social. A maioria dos alunos(as) do curso da UNESPAR é constituída por jovens, advindos de colégios públicos os quais no decorrer da sua formação conciliam trabalho e estudo. Parte significativa deste público reside nos municípios pertencentes à Mesorregião Centro Ocidental do Paraná, formada por 25 municípios. Cabe ressaltar que nos 5 (cinco) últimos anos, o curso de História da UNESPAR tem recebido estudantes vindos de outros estados, vinculados ao Sistema de Seleção Unificada (SISU).

A mesorregião Centro Ocidental é caracterizada pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano, e dentre seus indicadores ressalta-se o índice de 16,8% de analfabetismo, índice superior ao índice do Paraná, de 7,9% IBGE (2010). Diante de tal cenário a Unespar ocupa lugar significativo no processo de formação para a licenciatura (MEZZOMO; PÁTARO, 2013). Outro perfil de estudante é o de adultos, profissionais de inúmeras áreas, os quais buscam no curso uma formação complementar, com pretensão de atuação na licenciatura ou em outros segmentos de atuação do historiador. Há estudantes advindos de outros cursos feitos no município de Campo Mourão e municípios da mesorregião. O município tem se consolidado nas duas últimas décadas como um polo mesorregional de ensino, contando com 4 (quatro) instituições de ensino superior que ofertam ensino presencial e/ou semipresencial e outras 4 (quatro) que ofertam cursos de formação semipresencial. Neste cenário a Unespar tem destaque por ser a única a ofertar o curso de História na modalidade Presencial, Pública e Gratuita.

Esse público também conta com a estrutura do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), do Campus de Campo Mourão/Unespar, e seus respectivos Núcleos: Núcleo de Educação para as Relações de Gênero (NERG), Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (NERA) e Núcleo para a Educação Especial e Inclusiva (NESPI). A função desenvolvida pelo CEDH abrange tanto o papel de atendimento quanto o de formação e conscientização do público acadêmico frente ao enfrentamento às diversas formas de preconceito. Outra esfera de atuação do CEDH corresponde aos trabalhos de consolidação das normas que regem o processo de educação para a Modalidade Educação Especial - estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação. Esse conjunto de ações possibilita a realização de parcerias entre o CEDH e o Núcleo Docente Estruturante do curso de História, conjunto de atuações pautadas no reconhecimento e no enfrentamento de problemas encontrados em nível nacional, regional e local, presentes no campus de Campo Mourão.

O curso de História forma licenciados em História aptos a: identificar as condições

históricas de emergência de tradições historiográficas distintas, bem como relacioná-las aos seus respectivos conjuntos de reflexões, conceitos, teorias, metodologias e principais objetos de análise; problematizar a configuração cultural, econômica, política, religiosa, intelectual e social contemporâneos a partir de uma perspectiva diacrônica, destacando continuidades e descontinuidades nas atividades e valores humanos ao longo do tempo; dialogar com setores não-acadêmicos a respeito de questões de cunho histórico, contribuindo para o debate e o entendimento de ações e significados atribuídos por diferentes indivíduos e grupos sociais no passado, no presente e com orientações futuras; criar e executar projetos, políticas públicas, planos e intervenções de diferentes modalidades educacionais voltadas ao ensino de história em espaços formais e não-formais; pesquisar temas relativos ao campo da história, formatando projeto, execução e produto final da pesquisa a fim de atender demanda e público-alvo específicos; ministrar aulas, conferências, palestras, cursos de história e congêneres no ensino de história em instituições educacionais e em outros espaços de formação; redigir textos sobre assuntos históricos para especialistas ou para divulgação popular; estabelecer relações interdisciplinares entre a História e outros ramos do saber; coletar, organizar e divulgar documentos e fontes históricas; interpretar, a partir de uma visão complexificadora, as muitas dimensões e atores sociais, em suas múltiplas relações, que integraram e integram diferentes recortes espaço-temporais; dominar diferentes teorias, metodologias, técnicas, recursos, dispositivos, mídias e linguagens destinadas ao ensino de história; manter-se historiográfica e pedagogicamente atualizado; respeitar a pluralidade social, científica e cultural dos diferentes sujeitos que influem na constituição das várias memórias socialmente construídas.

Assim, o egresso do Curso de História da UNESPAR de Campo Mourão poderá atuar em diferentes funções e espaços. Sem a pretensão de esgotar as possibilidades, ele estará apto a desenvolver atividades em/na: museus; centros de memória; produção de material didático; espaços ou rotas ligadas ao turismo histórico-cultural; instituições e arquivos; *websites*; editoras; bibliotecas; curadorias e exposições; pesquisas variadas; empresas; assessorias acerca de patrimônio e memória; consultorias; instituições de ensino escolar; universidades; produção de filmes, novelas e documentários, bem como em qualquer atividade na qual conhecimento histórico fundamentado seja requisitado como aporte indispensável para a consecução de um produto ou serviço cuja preocupação com o tempo seja secundária ou nuclear.

4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

Período de integralização do PPC: mínimo de quatro anos e máximo de seis anos.

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS

Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. de Formação GERAL (de acordo com a diretriz nacional)		Introdução a Libras-Língua Brasileira de Sinais	60
		Psicologia da Educação	60
		Didática e Tecnologias aplicadas ao Ensino de História	60
		História Pública e Ensino de História	60
		Filosofia	60
		História do Paraná I	60
		História do Paraná II	60
		História Antiga I	30
		História Antiga II	30
		História Medieval I	60
		História Medieval II	60
		História do Brasil I	30
		História do Brasil II	30
		História do Brasil III	60
		História do Brasil IV	30
		História do Brasil V	60
		História do Brasil VI	60
		História do Brasil VII	60
		História da América I	60
		História da América II	60
		História da América III	30
		Teorias da História I	60
		Teorias da História II	60
		Teorias da História III	60
		História Moderna I	60
		História Moderna II	30
		História da África	60
		Ensino de História I	60
		Ensino de História II	60
		Ensino de História III	60
	Ensino de História IV	60	
	História Contemporânea I	60	



		História Contemporânea II	30
		História Contemporânea III	90
		História Contemporânea IV	60
Subtotal			1890
2. de formação DIFERENCIADA (Forma o perfil específico de cada <i>campus</i>)		Introdução ao Pensamento Científico	60
		Pesquisa em História I	60
		Pesquisa em História II	60
		História Pública	60
Subtotal			240
3. Disciplinas Optativas/Eletivas (Ver item 6.1 e 6.2)		Optativa I	60
		Optativa II	60
		Optativa III	60
		Optativa IV	60
		Optativa V	60
		Optativa VI	60
		Eletiva I	60
		Eletiva II	60
Subtotal			480
Estágio		Estágio Supervisionado I	100
		Estágio Supervisionado I	100
		Estágio Supervisionado I	100
		Estágio Supervisionado I	100
Subtotal			400
Atividades Acadêmicas Complementares		ACCs	200
Subtotal			200
TOTAL			3210

ORIENTAÇÕES:

As Áreas/Matérias/Disciplinas de **formação básica do perfil nacional**, deverão ser similares para os cursos afins, contemplados, sobretudo, na ementa.

As **disciplinas optativas** serão definidas e oferecidas pelos colegiados anualmente, de acordo com a carga horária estabelecida no quadro anterior.

As **disciplinas Optativas I, II e III** deverão ser definidas entre as disciplinas optativas do item 6.1.

As **disciplinas Optativas IV, V e VI** deverão ser definidas entre as disciplinas do item 6.2 (**Disciplinas de Dimensão Pedagógica**).

As **disciplinas optativas** serão ministradas no mesmo dia e horário da semana de modo que os acadêmicos tenham a opção de escolher qual disciplina optativa pretendem cursar, independentemente do semestre no qual estejam matriculados. Também as **disciplinas eletiva I e eletiva II** serão ofertadas neste mesmo dia da semana e horário. Caberá ao acadêmico realizar a escolha do curso no qual frequentará a disciplina Eletiva. As disciplinas Eletivas e Optativas poderão ser selecionadas no mesmo dia e horário das Optativas.

O código das disciplinas poderá ser feito provisoriamente com uma numeração sequencial,

que será depois codificada pela Secretaria Acadêmica antes do envio ao Conselho Estadual de Educação, quando da renovação do reconhecimento do curso.

5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária			Semi Pres.	Forma de Oferta	
			Teórica	Prática	Extensão	(S.P)	Sem (S)	Anual (A)
Primeiro Semestre								
	História Antiga I		48	12	0	0	Semestral	
	Introdução ao Pensamento Científico		50	10	0	0	Semestral	
	História do Brasil I		24	6	0	0	Semestral	
	História Medieval I		24	6	0	0	Semestral	
	História da América I		48	12	0	0	Semestral	
	Optativa I		60	0	0	0	Semestral	
Subtotal			254	46	0	0		
Segundo Semestre								
	História Antiga II		30	0	0	0	Semestral	
	História Medieval II		48	12	0	0	Semestral	
	História do Brasil II		20	10	0	0	Semestral	
	Introdução a Libras		30	30	0	0	Semestral	
	Teorias da História I		60	0	0	0	Semestral	
	Optativa II		60	0	0	0	Semestral	
Subtotal			248	52	0	0		
Terceiro Semestre								
	História do Paraná I		48	12	0	0	Semestral	
	Teorias da História II		60	0	0	0	Semestral	
	História do Brasil III		48	12	0	0	Semestral	
	História Moderna I		48	12	0	0	Semestral	
	Optativa III		60	0	0	0	Semestral	
Subtotal			264	36	0	0		
Quarto Semestre								

	História do Brasil IV		24	6	0	0	Semestral
	História do Paraná II		24	6	0	30	Semestral
	Teorias da História III		48	12	0	0	Semestral
	História Moderna II		30	0	0	0	Semestral
	Psicologia da Educação		50	10	0	0	Semestral
	Didática e Tecnologias Aplicadas ao Ensino de História		24	6	0	30	Semestral
	Optativa IV		60	0	0	0	Semestral
Subtotal			260	40	0	60	

Quinto Semestre

	História Contemporânea I		50	10	0	0	Semestral
	História do Brasil V		50	10	0	0	Semestral
	História da América II		48	12	0	0	Semestral
	Ensino de História I		40	20	0	0	Semestral
	Optativa V		60	0	0	0	Semestral
Estágio Supervisionado em História I (contraturno)				100	0	0	Semestral
Subtotal			248	152	0	0	

Sexto Semestre

	Pesquisa em História I		30	0	0	30	Semestral
	História da África		50	10	0	0	Semestral
	Filosofia		60	0	0	0	Semestral
	Ensino de História II		40	20	0	0	Semestral
	História Contemporânea II		24	6	0	0	Semestral
	Optativa VI		60	0	0	0	Semestral
Estágio Supervisionado em História II (contraturno)			0	100	0	0	Semestral
Subtotal			264	136	0	30	

Sétimo Semestre

	História Pública e Ensino de História		30	0	0	30	Semestral
	História do Brasil VI		48	12	0	0	Semestral
	História Contemporânea III		60	0	0	30	Semestral
	Ensino de História III		48	12	0	0	Semestral
	História da América III		24	6	0	0	Semestral
	Eletiva I		60	0	0	0	Semestral

Estágio Supervisionado em História III (contraturno)	0	100	0	0	Semestral
Subtotal	270	130	0	60	
Oitavo Semestre					
Pesquisa em História II	30	0	0	30	Semestral
História do Brasil VII	48	12	0	0	Semestral
História Contemporânea IV	50	10	0	0	Semestral
História Pública	30	0	0	30	Semestral
Ensino de História IV	40	20		0	Semestral
Eletiva II	60	0	0	0	Semestral
Estágio Supervisionado em História IV (contraturno)	0	100	0	0	Semestral
Subtotal	258	142	0	60	
TOTAL/TIPO DE CARGA HORÁRIA	2066	734	0	210	
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES					200
TOTAL GERAL:					3210

6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Primeiro Semestre

DISCIPLINA:	História Antiga I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 48	C/H PRÁTICA: 12	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: Conceito de Pré-História. Antiguidade Oriental: aspectos culturais, políticos, religiosos e econômicos. Introdução à historiografia sobre a Antiguidade Clássica. Análise de documentação.			
Bibliografia: CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedades do Antigo Oriente Próximo . São Paulo: Ática, 1999. CARDOSO, Ciro Flamarion. Antiguidade Oriental: política e religião . São Paulo: Contexto, 1990. DARWIN, Charles. A Origem das Espécies . Porto: Lello & Irmão, 2003. ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano . São Paulo: Martins Fontes, 1992. FINLEY, Moses. Aspectos da Antiguidade . São Paulo: Martins Fontes, 1991. GIORDANI, Mário Curtis. História da Antiguidade Oriental . Petrópolis: Vozes, 1972. GIRARD, René. A Violência e o Sagrado . São Paulo: Paz e Terra, 1990. HARARI, Yuval Noah. Sapiens. Uma breve História da Humanidade . São Paulo: L&PM, 2015. LEAKEY, Richard. A origem da espécie humana . Rio de Janeiro: Rocco, 1997. LEICK, G. Mesopotâmia: a invenção da cidade . Rio de Janeiro, Imago, 2004. LÉVÊQUE, Pierre. Animais, Deuses e Homens: o imaginário das primeiras religiões . Lisboa: Ed. 70, 1985. LEROI-GOURHAN. Pré-História . São Paulo: Pioneira; Editora da USP, 1981. histórica. Brasília: UnB, 2001.			

DISCIPLINA: História Medieval I			
C/H TOTAL: 30			
C/H TEÓRICA: 24	C/H PRÁTICA: 6	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: História da formação da Europa Medieval entre os séculos V ao X em seus aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos. Estudo da bibliografia clássica e contemporânea. Análise de material didático.</p> <p>Bibliografia: ANDERSON, Perry. Passagem da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 2004. ARRUDA, José Jobson de A. História Antiga e Medieval. 16. Ed. São Paulo: Ática, 1979. BRAK, William Carroll. Origens da Idade Média. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo. V II São Paulo: Martins Fontes, 1983-1984. BROWN, Peter. O fim do mundo clássico: de Marco Aurélio a Maomé. Lisboa: Verbo, 1972. BURNS, E. História da Civilização Ocidental. Vol. I e II. São Paulo: Globo, 2000. FRANCO JR., Hilário. A Idade Média: nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2004. GIORDANI, Mário C. História do Império Bizantino: Idade Média I. Petrópolis: Vozes, 1968. GIORDANI, Mário C. História dos reinos bárbaros: acontecimentos políticos. V. I. Petrópolis: Vozes, 1970. LEÃO, Pepita de. Carlos Magno e seus Cavaleiros. Porto Alegre: Globo, 1967. LE GOFF, Jacques. A civilização do ocidente medieval. São Paulo: EDUSC, 2005. LE GOFF, Jacques. Para um Novo Conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1979. PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria G. História da Idade Média. São Paulo: UNESP, 2000. PIRENNE, Henri. História econômica e social da Idade Média. 2. Ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1965. SOUZA, José Antônio de C. R., (org). O Reino e o Sacerdócio: o pensamento político na Alta Idade Média. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.</p>			

DISCIPLINA:	Introdução ao Pensamento Científico		
C/H TOTAL: 90			
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 30
<p>EMENTA: Conhecimento, Ciência, Universidade. Procedimentos metodológicos na produção e divulgação do conhecimento histórico. Linguagem, escrita e normalização científica. Conhecimento disciplinar e interdisciplinar.</p> <p>Bibliografia: ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em História. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. BIANCHETTI, L.; MAGALHAES, A. Declaração de Bolonha e internacionalização da educação superior: protagonismos dos reitores e autonomia universitária em questão. Avaliação, Campinas, v. 20, p. 225-249, 2015. BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, IONE RIBEIRO. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. Ensaio, v. 22, p. 89-110, 2014. CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990. ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. FALCON, Francisco. A identidade do historiador. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, v. 9, 1996. LE GOFF, Jacques. A história nova. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. LE GOFF, Jacques. História e memória. 4 ed. Campinas: Unicamp, 1996. MALERBA, Jurandir. Historiografia contemporânea em perspectiva crítica. São Paulo: EDUSC, 2007. MARCONI, Marina e LAKATOS, Eva. Fundamentos da metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006. SANTOS, Boaventura de Sousa. Se deus fosse um ativista dos direitos humanos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2014. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. Revista Estudos Avançados, v. 2, n. 2, p.46-71, 1998. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010. SILVEIRA, ZULEIDE SIMAS DA; Bianchetti, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. Revista Brasileira de Educação, v. 21, p. 79-99, 2016. VOLPATO, Gilson Luiz. Administração da vida científica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. VOLPATO, Gilson Luiz. Dicas para redação científica. 3 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.</p>			

DISCIPLINA: História da América I			
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA: 48	C/H PRÁTICA: 12	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Sociedades pré-colombianas. Particularidades dos processos de colonização. Principais aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais das sociedades coloniais.</p> <p>Bibliografia: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: América Latina Colonial. São Paulo: EDUSP, 2008. CERVO, Amado Luiz. Contato entre Civilizações: a conquista da América como serviço de Deus e de Sua Majestade (1441-1548). São Paulo: Editora McGraw-Hill, 1975. FERREIRA, Jorge. Conquista e Colonização da América Espanhola. São Paulo: Ática, 1992. GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 2003. LÉON-PORTILLA, Miguel. A conquista da América Latina vista pelos índios. Petrópolis: Vozes, 1987. O'GORMAN, Edmundo. A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo. São Paulo: UNESP, 1992. ROMANO, Ruggiero. Os Mecanismos da Conquista Colonial. São Paulo: Perspectiva, 1995. TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1991. WASSERMAN, Cláudia (Coord.). História da América Latina. Porto Alegre: EDURGS, 1996.</p>			

DISCIPLINA:	História do Brasil I		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 24	C/H PRÁTICA: 6	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: Expansão marítima ibérica e formação da sociedade colonial. História e cultura indígena e afro-brasileira. Expansão e consolidação da colonização entre os séculos XVI e XVII. Principais tendências e debates historiográficos. Análise de documentação para pesquisa e ensino.			
Bibliografia:			
BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização . São Paulo: Companhia das Letras, 1983.			
BOXER, Charles. O Império Marítimo Português . São Paulo: Companhia das Letras, 2002.			
CARDOSO, Ciro Flamarion. Agricultura, Escravidão e Capitalismo . Rio de Janeiro: Vozes, 1979.			
COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia . São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1982.			
FRAGOSO & FLORENTINO. O arcaísmo como projeto . Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.			
FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala . Rio de Janeiro: Record, 1976.			
HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil . Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.			
LYRA, Maria de Lourdes Viana. A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822) . Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.			
MONTEIRO, John. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo . São Paulo: Companhia das Letras, 1994.			
NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial . São Paulo: Hucitec, 1989.			
PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo . São Paulo: Brasiliense, 1979.			
SARAIVA, José Hermano. História concisa de Portugal . Mem Martins: Europa-América, 1988.			
SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial . São Paulo: Companhia das Letras, 1988.			

DISCIPLINA:	Optativa I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: A definir pelo colegiado.			

Segundo Semestre

DISCIPLINA:	História Antiga II		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0

EMENTA: Características políticas, econômicas, sociais e culturais da Roma Antiga e Grécia Antiga. Principais vertentes historiográficas. Análise de documentação.

Bibliografia:

- ANDERSON, Perry. **Passagem da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- BROWN, Peter. **O Fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé**. Verbo: Lisboa, 1972.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **O trabalho compulsório na Antiguidade: ensaio introdutório e coletânea de fontes primárias**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FINLEY, Moses. **Democracia Antiga e Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2006.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **Imperialismo greco-romano**. São Paulo: Ática, 1987.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Os Limites da Helenização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- VERNANT, Jean-Pierre. **As Origens do Pensamento Grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- VEYNE, Paul. **Pão e circo: sociologia histórica de um pluralismo político**. São Paulo: UNESP, 2015.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **O mundo de Homero**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os gregos, os historiadores, a democracia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

DISCIPLINA:	História do Brasil II		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 20	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 10	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Principais aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais sobre o Brasil colonial. As especificidades do século XVIII. História e cultura indígena e Afro-brasileira. Principais tendências e debates historiográficos. Análise de documentação para pesquisa e ensino.</p> <p>Bibliografia: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.) História da Vida Privada no Brasil. v.2. Império: a Corte e a modernidade nacional. SP: Cia das Letras, 2005. CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem. A elite política imperial & Teatro de Sombras: a política imperial. 2ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2006. CARVALHO, José Murilo de. (Org.) Cidadania no Brasil: o longo caminho. 4ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2007. CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas de escravidão na corte. SP: Cia das Letras, 1990. DA COSTA, Emilia Viotti. Da monarquia à república. Momentos decisivos. 8ª ed. SP: EdUSP, 2007. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.) 1822: Dimensões. SP: Perspectiva, 1986. FALCON, Francisco José. A Época Pombalina. São Paulo: Ática, 1982. FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1976. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Balaiada, construção da memória histórica. Revista HISTÓRIA, São Paulo, v.24, n.1. LINHARES, Maria Yeda (Org.) História Geral do Brasil. RJ: Campus, 1990. NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Hucitec, 1989. SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos 2ª ed. SP: Cia das Letras, 2004. SOUZA, Laura de Mello e. Os desclassificados do ouro. Rio de Janeiro: Graal, 1986. SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p>			

DISCIPLINA:	Teorias da História I
C/H TOTAL:	

60			
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Do conhecimento comum da História para o conhecimento científico. Iniciação ao raciocínio de tipo histórico. Estudo de conceitos, noções e categorias fundamentais.</p> <p>Bibliografia: BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. CARDOSO, Ciro F. S. Uma introdução à história. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. CHESNEAUX, JEAN. Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre História e historiadores. São Paulo: Ática, 1995. FALCON, Francisco. A identidade do historiador. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v.9, n.17, p.7-30, 1996. FERRO, Marc. A História Vigida. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989. FURET, François. O Nascimento da História. In: _____. A Oficina da História. s/ local: Gradiva. s/ data. p. 109-135. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões na prática histórica no século XIX. TOPOI. p.184-200, dez.2002. HERÓDOTO. Histórias. Livro I – CLIO. p. 35-49. Disponível em { HYPERLINK "http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf" \h } HOBSBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. HOMERO. Odisséia. Rapsódia I. SP: Abril Cultural, 1981. p.11-17. MOMIGLIANO, Arnaldo. As raízes clássicas da Historiografia moderna. Bauru: Edusc, 2004. REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência. 4ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011. TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Livro Primeiro. p. 1-15. Disponível em { HYPERLINK "http://funag.gov.br/loja/download/0041-historia_da_guerra_do_peloponeso.pdf" \h } }</p>			

DISCIPLINA:	História Medieval II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 48	C/H PRÁTICA: 12	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Desagregação da Europa Medieval entre os séculos XI ao XV em seus aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos. Sociedade Feudal e formação das monarquias nacionais. Estudo da bibliografia clássica e contemporânea. Análise de material didático.</p> <p>Bibliografia: ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.). História da Vida Privada. V. 2/3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991-2. BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. 4. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999. BASCHETT, Jerome. A civilização feudal: do Ano Mil a colonização da América. São Paulo: Globo, 2006. BLOCH, Marc. A Sociedade Feudal. Lisboa: Edições 70, 1987. BLOCH, Marc. Os reis Taumaturgos. São Paulo: Companhia das Letras, 1983. DUBY, Georges. A Idade Média na França (987-1460): de Hugo Capeto a Joana d'Arc. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. DUBY, Georges. A Europa na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1988. FEBVRE, Lucien. A Europa: gênese de uma civilização. Bauru, SP: EDUSC, 2004.</p>			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	Introdução a Libras		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Noções iniciais de LIBRAS visando a comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar para o ensino de História.</p> <p>Bibliografia: BRASIL. Educação Especial: deficiência auditiva. Giuseppe Rinaldi (org.). Brasília: SEESP, 1997. BRASIL. Decreto Nº 5.626. de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica / Secretaria de Educação Especial, 2001, p.72. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e a realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. SKLIAR, Carlos. La educación de los sordos: una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica. Mendoza: Ediunc, 1997. SLOMSKI, Geni Vilma. Educação Bilingue para surdos: concepções e implicações práticas. 1ª Ed. (2010), 1ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011. SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. 2ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2005. VIGOTSKI, Lev Semenovich. Psicologia pedagógica. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p>			

DISCIPLINA:	Optativa II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

Terceiro Semestre

DISCIPLINA:	História do Paraná I		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA: 48	C/H PRÁTICA: 12	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: História da sociedade paranaense até meados do século XX: aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. Sociedades indígenas e escravidão negra. Análise de material didático.</p> <p>Bibliografia: GREGORY, Valdir e SHALLENBERGER, Erneldo. Guaíra: um mundo de águas e histórias. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008. HARTUNG, Mirian Furtado. O sangue e o espírito dos antepassados: escravidão, herança e expropriação do grupo negro. Invernada Paiol de Telha – PR. Florianópolis: NUER, 2004. MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba: Travessa Editores, 1995. MONTOYA, Antônio Ruyz de. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. 2. Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. MOTA, Lucio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924). 2. ed. Maringá: Eduem, 2009. MOTA, Lucio Tadeu. História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2005. NADALIN, Sérgio O. Paraná: ocupação do território, população e migrações. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001. POMBO, José Francisco da Rocha. O Paraná Centenário: 1500-1900. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio: Curitiba. Secretaria da Cultura e Esporte do Estado do Paraná, 1980. PRIORI, Angelo. et al. História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. PRIORI, Angelo. A História do Paraná Revisitada. Maringá: Eduem, 2014. SANTOS, Carlos Roberto Anunes. Vida material e econômica. Curitiba; SEED, 2001. SANTOS, José Carlos dos. Construir fronteiras: nacionalismo e territorialismo no Paraná nos séculos XIX e XX. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2014. SCHALLENBERGER, Erneldo. A integração do Prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá. Cascavel: EDUNIOESTE, 1997. TRINDADE, Etelvina Maria de C. e ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura e Educação no Paraná. Curitiba: SEED, 2001. TONON, Eloy. Os monges do Contestado: Permanências, predições e rituais no imaginário. Palmas: Kaingangue, 2010. WASCHOWICZ, Rui. História do Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.</p>			

DISCIPLINA:	História Moderna I
-------------	---------------------------

C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA: 48	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 12	C/H SEMI-PRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Formação da sociedade europeia: aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos (XVI-XVII). Discussão historiográfica clássica e atual sobre a Época Moderna. Análise de fontes e produção de material didático.</p> <p>Bibliografia: ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. Porto: Ed. Afrontamento, 1984. BURKE, Peter. O Renascimento italiano: cultura e sociedade na Itália. São Paulo: Nova Alexandria, 1999. DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do povo: sociedade e culturas no Início da França moderna: Oito ensaios. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990. DELUMEAU, Jean. Nascimento e afirmação da Reforma. São Paulo: Pioneira, 1989. FALCON, Francisco José Calazans. Mercantilismo e transição. São Paulo: Brasiliense, 1990. HILL, Christopher. A Revolução Inglesa de 1640. Lisboa: Presença, 1955. KRISTELLER, P. Tradição clássica e o pensamento do Renascimento. Lisboa: Ed. 70, 1995. LE ROY LADURIE, E. O Estado Monárquico. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. MULLETT, M. A contra-reforma. Lisboa: Gradiva, 1988. SOARES, Luis Carlos. Do novo mundo ao universo heliocêntrico: os descobrimentos e a revolução copernicana. São Paulo: Hucitec, 1999.</p>			

DISCIPLINA:	Teorias da História II		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMI-PRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Estudo da História da historiografia. As Filosofias da história. Epistemologias da história. As dimensões política, científica e estética do discurso historiográfico.</p> <p>Bibliografia: BLOCH, Marc. Apologia da história ou O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. As Escolas Históricas. 2 ed. Portugal: Editora América, 2012. BURKE, Peter. A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. 2 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. DRAY, William H. Filosofia da História. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. GARDINER, Patrick. Teorias da História. 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. GUIMARÃES, Manoel Luiz S. Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: Estudos Históricos: caminhos da historiografia. – Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, n.1, 1988. pp. 05-27. PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. REIS, José Carlos. Escola dos Annales – A inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.</p>			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	História Brasil III		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 48	C/H PRÁTICA: 12	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Estudo do processo de independência, da construção, consolidação e decadência do Estado monárquico. Invenção e construção da Nação no período imperial. Estado nacional e escravidão. Populações indígenas e cultura afro-brasileira. Revisão crítica da historiografia sobre o período e análise de documentos para a pesquisa e ensino.</p> <p>Bibliografia: CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem. A elite política imperial & Teatro de Sombras: a política imperial. 2ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2006. CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas de escravidão na corte. SP: Cia das Letras, 1990. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Interiorização da Metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005. DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra. Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia (1790-1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto. A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico no Rio de Janeiro, c- 1790 – c 1850. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1997. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. SP: Ed. Contexto, 2005. GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991. GRAHAM, RICHARD. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma História Nacional”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27. JANCSÓ, István. Brasil: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003. SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos 2ª ed. SP: Cia das Letras, 2004. VIOTTI, Emília da Costa. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 5ª edição. São Paulo: Ed. da Unesp, 1987.</p>			

DISCIPLINA:	Optativa III		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

Quarto Semestre

DISCIPLINA:	História do Paraná II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 24	C/H PRÁTICA: 6	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 30
<p>EMENTA: História da sociedade paranaense de meados do século XX à atualidade: aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. Análise de material didático.</p> <p>Bibliografia: BENATTI, Antonio Paulo. O centro e as margens: prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997. GREGORY, Valdir. Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). 3. ed. Cascavel: Edunioeste, 2008. MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Paraná: política e governo. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001. MEZZOMO, Frank A. Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no oeste do Paraná. 1. ed. Cascavel: Edunioeste, 2002. MYSKIW, A. M. Por uma historiografia do Oeste Paranaense. In: Antonio Marcos Myskiw; Fábio André Hahn; Frank Antonio Mezzomo. (Org.). Ensaio historiográfico: temas, tendências e interpretações. 1 ed. Campo Mourão/PR: Editora da Fecilcam, 2010, v. 1, p. 88-110. MOTA, Lucio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924). 2. ed. Maringá: Eduem, 2009. MOTA, Lucio Tadeu. História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2005. OLIVEIRA, Dennison de. Urbanização e Industrialização no Paraná. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001. PRIORI, Angelo. A história do Paraná revisitada. Maringá: EDUEM, 2014. PRIORI, Claudia. Retratos da violência de gênero: denúncias na delegacia da mulher de Maringá (1987-1996). Maringá: Eduem, 2007. TRINDADE, Etelvina Maria de C. e ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura e Educação no Paraná. Curitiba: SEED, 2001. WASCHOWICZ, Rui. História do Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. WASCHOWICZ, Rui. Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982. WESTPHALEN, Cecília M. População e agricultura: caso paranaense (1872-1970). São Paulo: ABEP/CELADE/IUSSP, 1989.</p>			

DISCIPLINA:	História Moderna II		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 24	C/H PRÁTICA: 6	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	Teorias da História III		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 48	C/H PRÁTICA: 12	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: O uso de conceitos, categorias, teorias e noções nos trabalhos historiográficos. Temporalidade e duração. Relações entre documentos, fontes, problematização, métodos e teorias. Orientações teóricas aplicadas à leitura documental, prática da pesquisa e da escrita da história.</p> <p>Bibliografia: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs.). Usos & abusos da história oral. 8 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. BARROS, José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: Escritos Sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 41-78. CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. Estudos Avançados 11(5), 1991. p. 173-191. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In:GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179. HARTOG, F. Regimes de Historicidade - Presentismo e Experiências do Tempo. Autêntica: Belo Horizonte, 2015. KIRSCHNER, Tereza Cristina. A reflexão conceitual na prática historiográfica. In: Textos de História. Universidade de Brasília, v. 15, 2008. p. 49-61. KOSELLECK, R. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Le GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. Enciclopédia Einaudi: memória-história. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. v. 1. p. 95-106.</p>			

DISCIPLINA:	História do Brasil IV		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 24	C/H PRÁTICA: 6	C/H EXTENSÃO: 0	C/H

		SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Estudo dos principais aspectos da sociedade e cultura brasileira no período imperial. Escravidão, trabalho e liberdade. Populações indígenas, cultura afro-brasileira e políticas de Estado. Revisão crítica da historiografia sobre o período e análise de documentos para a pesquisa e ensino.</p> <p>Bibliografia: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.) História da Vida Privada no Brasil. v.2. Império: a Corte e a modernidade nacional. SP: Cia das Letras, 2005. CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, Historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas de escravidão na corte. SP: Cia das Letras, 1990. CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto. A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico no Rio de Janeiro, c- 1790 – c 1850. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1997. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. SP: Ed. Contexto, 2005. GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27. MATTOS, Hebe Maria. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. PRIORE, Mary del. História das crianças no Brasil. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2010. REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. SLENES, Robert. Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.</p>		

DISCIPLINA:	Didática e Tecnologias Aplicadas ao Ensino De História		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA: 24	C/H PRÁTICA: 6	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 30

EMENTA: Fundamentos teóricos da Didática e principais abordagens/concepções didático-pedagógicas. A Didática na formação docente, no processo de ensino e aprendizagem e na avaliação. Tecnologias Educacionais e o contexto da sala de aula.

Bibliografia:

- ANDRÉ, M. E. D. A.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (Orgs.). **Alternativas no Ensino de Didática**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e Novas Tecnologias: um repensar**. São Paulo: Pearson, 2012.
- CANDAUI, Vera Maria. **A Didática em Questão**. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- COMÊNIO, João Amós. **Didática magna**. Trad. de Nair Fortes Abu-Merhy. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.
- FERRETI, Celso João, et. al. (Org.) **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido (Orgs.). **Didática: embates contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Wendel (org.). **Tecnologia e educação: as mídias na prática docente**. 2 ed. Rio de Janeiro: WAK, 2011.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 5ª ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- KENSKI, Vani M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática: Velhos e Novos Temas**. Goiânia: CORTES, 2002.
- PISCHETOLA, M. **Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2016.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SUANNO, Marilza V. e RAJADELL, Nuria (orgs.). **Didática e formação de professores: perspectivas e inovações**. Goiânia: CEPED Publicações, 2012.
- TEIXEIRA, A. B. M. (Org.). **Temas Atuais em Didática**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DISCIPLINA:	Psicologia da Educação		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	50	C/H PRÁTICA:	10
C/H EXTENSÃO:		C/H	
EMENTA: Fundamentos da Psicologia da Educação. Conceitos e linhas da Psicologia e sua relação com o ensino/aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem. Atividades práticas em sala de aula com análise de casos de ensino/aprendizagem.			

Bibliografia:

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do 66 aluno diferente**. São Paulo: Edusp, 1993.

DANIELSKI, V. **A Criança com síndrome de Down**. Curitiba: Ave Maria, 1997.

LURIA, LEONTIEV, VYGOTSKY et al. **Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. Trad. Ana Rabaça. Lisboa: Estampa, 1977.

MOREIRA, M. A. et al. **Mapas conceituais instrumento didático da avaliação e análise de currículo**. São Paulo: Moraes, 1987.

NOVACK, J. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, s/d.

PENTEADO, W. M. A. (Org). **Psicologia e Ensino**. São Paulo: Papelivros, 1986.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VIGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. Trad. José Cipolla Neto et al. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Tradução: Ana Maria Bessa. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

DISCIPLINA:	Optativa IV		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: A defirmi pelo colegiado.			

Quinto Semestre

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado em História I		
C/H TOTAL:	100		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 100	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0

EMENTA: Inserção do aluno no ambiente escolar. Preparação da intervenção pedagógica no Ensino Fundamental II.

Bibliografia:

- CAIMI, Flávia Eloisa. **Aprendendo a ser professor de história**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.
- CAINELLI, Marlene Rosa. A história ensinada no estágio supervisionado do curso de história: a aula expositiva como experiência narrativa. **Revista História e Ensino. Londrina**. v.15, p. 173-182, agos. 2009.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (et al). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 2 ed. Campinas: São Paulo: Papirus, 1994.
- FENELON, Déa R. A formação do profissional de história e a realidade do ensino. **Cadernos cedes** (8). São Paulo: Cortez, 1988.
- FONSECA, Marília. É possível articular o projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola? Reflexões sobre a reforma do Estado e a gestão da escola básica. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- PIMENTA, Selma. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.
- PINSKY, Jaime. **Por que gostamos de história**. São Paulo: Contexto, 2013.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que Avaliar? Como Avaliar?: Critérios e instrumentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2000.

DISCIPLINA:	História do Brasil V		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0

EMENTA: Estudo da sociedade brasileira das primeiras décadas do regime republicano (1889-1930) através do debate com a produção intelectual sobre o período e da análise de documentos históricos para a pesquisa e ensino.

Bibliografia:

CARONE, Edgar. **A República Nova.** (1930-1937). 2.ed. São Paulo: Difel, 1976.
 CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil.** Companhia das Letras, SP, 1990.
 CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
 CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o rio de janeiro e a república que não foi.** 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
 CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
 CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e boteco: o cotidiano dos trabalhadores no rio de janeiro da belle époque.** 2.ed. São Paulo: UNICAMP, 2001.
 FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano, livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
 GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
 GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direito do trabalho.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
 GOMES, Ângela de Castro. **O Brasil republicano sociedade e política.** Editora Bertrand Brasil S.a., 1996.
 MATTOS, H.M.; RIOS, A.M. “O Pós-abolição como balanço histórico: balanços e perspectivas”. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.
 RAGO, M. Rago. **Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar e a resistência anarquista (1890-1930).** 4a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
 SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** SP: Cia das Letras, 1995.
 SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil. Vol 3: República: da Belle Époque à era do rádio.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

DISCIPLINA:	História Contemporânea I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: História das sociedades ocidentais nos fins do século XVIII e metade do século XIX. Problematização do processo de construção da burguesia e do proletariado como classes em seus aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. Sociedade, cultura e Direitos humanos. Debate historiográfico contemporâneo. Análise de documentação e materiais didático-pedagógicos.			
Bibliografia:			
BARRACLOUGH, Geoffrey. Introdução à História Contemporânea. 3ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1975.			
BRESCIANI, Maria. Stella. Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.			
DARNTON, Robert. O grande massacre dos gatos: e outros episódios da história cultural francesa. São Paulo: Graal, 2011.			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	História da América II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 48	C/H PRÁTICA: 12	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Processos de independência na América Latina e na América do Norte. Construção dos Estados Nacionais.</p> <p>Bibliografia: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: da independência a 1870. São Paulo: EDUSP, 2009. KAPLAN, Marcos. Formação do Estado Nacional da América Latina. Rio de Janeiro: Eldorado, 1976. KARNAL, Leandro (et al.). História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011. KARNAL, Leandro. Estados Unidos: da Colônia à Independência. São Paulo: Contexto, 1990. LAMBERT, Jacques. América Latina: estruturas sociais e instituições políticas. São Paulo: Edusp, 1979. POMER, Leon. As Independências na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 2007 PRADO, Maria Ligia. A formação das nações latino-americanas. São Paulo: Atual, 1994. PRADO, Maria Ligia. O populismo na América Latina. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. REMOND, René. História dos Estados Unidos. São Paulo: Martins Fontes, 1989. ROMERO, José Luis. América Latina: as cidades e as idéias. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004. ROUQUIÉ, Alain. O Extremo Ocidente: Introdução à América Latina. São Paulo: EDUSP, 1991.</p>			

DISCIPLINA:	Ensino de História I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 40	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H

			SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: História do ensino de História. Caracterização de Ensino de História não-escolar. Estudo dos princípios teóricos e metodológicos para o ensino/aprendizagem de História na atuação no Ensino Fundamental. Análise e produção de material didático. Realização de oficinas.</p> <p>Bibliografia: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003. FABREGAT, Clemente Herrero. Como preparar uma aula de história. Rio Tinto/Portugal: Edições Asa, 1991. FONSECA, Selva G. Caminhos da história ensinada. Campinas: Papirus, 1993. FONSECA, Selva G. Didática e Prática de Ensino de História. 5ª ed. São Paulo: Papirus, 2006. KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. MATTOS, Ilmar Rohloff de (org). Histórias do ensino da história no Brasil. Rio de Janeiro: Access, 1998. MONTEIRO, Ana M.F.C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. História & Ensino, Londrina, v.9, p.37-62, out/2003. NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.13, nº 25/26, p.143-162, set.92/ago.93. OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. & OLIVEIRA, Almir Feliz de (orgs.). Livros didáticos de História: escolhas e utilizações. Natal: EDUFRN, 2009. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. (Orgs). Aprender História: perspectivas da Educação Histórica. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.</p>			

DISCIPLINA:	Optativa V		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: A definir pelo colegiado			

Sexto Semestre

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado em História II		
C/H TOTAL:	100		
C/H TEÓRICA: 0	C/H PRÁTICA: 100	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: Ementa: Intervenção pedagógica supervisionada no Ensino Fundamental. Produção de Relatório Final.			
<p>Bibliografia: ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2011. CAIMI, Flávia Eloisa. Aprendendo a ser professor de história. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008. CAINELLI, Marlene Rosa. A história ensinada no estágio supervisionado do curso de história: a</p>			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	História da América III		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 24	C/H PRÁTICA: 6	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: O continente americano nos séculos XX e XXI. Autoritarismos, processos revolucionários e movimentos sociais. Cultura, democracia e direitos humanos. Debates e tendências historiográficas.</p> <p>Bibliografia: AYERBE, Luis Fernando. A Revolução Cubana. São Paulo: Editora Unesp, 2004. BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. A Revolução Mexicana. São Paulo: Editora Unesp, 2010. BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: a América Latina Após 1930. São Paulo: EDUSP, 2009. DABENE, Olivier. América Latina no século XX. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. FAUSTO, Boris. Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 2000. FERREIRA, Jorge (Org.) O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. MOURA, Gerson. Estados Unidos e América Latina. São Paulo: Contexto, 1991. PRADO, Maria Lúcia. O populismo na América Latina: Argentina e México. São Paulo: Brasiliense, 1985. RAMA, Ángel. A Cidade das Letras. São Paulo: Brasiliense, 1985. ROUQUIÉ, Alain. O estado militar na América Latina. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.</p>			

DISCIPLINA:	História Contemporânea II		
C/H TOTAL:	30		
C/H TEÓRICA: 24	C/H PRÁTICA: 6	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0

EMENTA: : História das sociedades ocidentais na segunda metade do século XIX ao início do século XX. Movimentos nacionalistas, processos de unificação e reordenamento colonial/imperialista. Partilha da África e da Ásia. Consolidação da burguesia como classe social. Debate historiográfico contemporâneo. Análise de documentação e materiais didático-pedagógicos.

Bibliografia:

ANDERSON, Benedict & BOTTMAN, Denise. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Editora Companhia das Letras, 2008.

BRESCIANI, Maria. Stella. **Londres e Paris no século XIX:** O espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos:** e outros episódios da história cultural francesa. São Paulo: Graal, 2011.

FULBROOK, Mary. **História concisa da Alemanha.** São Paulo: Edipro, 2012.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula:** visita à história contemporânea. 4.ed. São Paulo: Selo Negro, 2008. 678 p.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções.** 1789-1848. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos impérios.** 1875-1914. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1870.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

HOCHSCHILD, Adam. **O Fantasma do Rei Leopoldo:** uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. SP: Cia das Letras, 2008.

MORAES, Luis Edmundo de. **História Contemporânea:** da Revolução Francesa a Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2017.

PERROT, Michelle et al. **História da vida privada:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** Operários, mulheres e prisioneiros. 7 ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **O século XX:** o tempo das certezas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DISCIPLINA:	Ensino de História II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 40	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Metodologias do ensino/aprendizagem voltadas para o Ensino Fundamental. Princípios teóricos e práticos da intervenção pedagógica. Marcos regulatórios do Ensino de História no nível Fundamental. Análise e produção de material didático. Realização de oficinas.</p> <p>Bibliografia:</p> <p>BITTENCOURT, C. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>CAIMI, Flávia; NICOLA, Bárbara. Os jovens, a aprendizagem histórica e os novos suportes de informação. OP SIS, Catalão, v.15, n. 1, p. 60-69, 2015.</p> <p>CERRI, Luis F. Construção curricular como formação de professores – o caso das Diretrizes Curriculares Estaduais de História do Paraná. In: __ (org.) Ensino de História e Educação: olhares em convergência. Ponta Grossa: UEPG, 2007, p. 27-43.</p> <p>FARIA, Maria Alice. O Jornal na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1994.</p> <p>OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. & OLIVEIRA, Almir Feliz de (orgs.). Livros didáticos de História: escolhas e utilizações. Natal: EDUFRN, 2009.</p> <p>PACINI, Henrique Ferreira. Lobo em pele de cordeiro: novas roupagens e velhas atitudes no Ensino de História propostos pela BNCC. História & Ensino, Londrina, v. 23, n. 1, p. 113-138, jan./jun. 2017.</p>			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	Filosofia		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL:0
<p>EMENTA: O Pensar filosófico. Compreensão da atitude originária do filosofar. Reflexão sobre o problema e o sentido da Filosofia. Questões filosóficas na contemporaneidade.</p> <p>Bibliografia: ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Introdução, tradução e notas de António de Castro Caeiro. Atlas Editora, São Paulo. 2009. BIDO, José Mateus. A Problemática da Pós-Modernidade: uma leitura sobre o viver do homem na modernidade. Londrina: UEL, 2001. BUZZI, Arcângelo. Filosofia para principiantes. 11. ed, Petrópolis: Vozes, 2000. BUZZI, Arcângelo. Introdução ao pensar. 2.ed, Petrópolis: Vozes, 1973. DESCARTES, René. Discurso do Método. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1957. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. GADOTTI, Moacir. Marx: Transforma o Mundo. 2. ed., São Paulo: FTD, 1991. GOMES, Roberto. Crítica da Razão Tupiniquim. São Paulo: FTD, 1994. HEIDEGGER, Martin. Conferências e Escritos Filosóficos. Trad.: E. Stein, SP: Abril Cultural, 1979. HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. (Parte I). Trad.: Márcia Sá C. Schuback, 11. ed., Petrópolis: Vozes, 2002. JIMENEZ, Carlos Molina. Trabalho e Convivência: Um Ensaio de Ética. Londrina: UEL, 1997. LOCKE, John. Ensaio sobre o Entendimento Humano (2 vol.), Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. PLATÃO. A Republica (Título Original Polis revisto por Saulo Krieger) trad.Pietro Nasseti 2. ed, São Paulo-SP Martin Claret, 2003. KANT, I. Textos Seletos. Petrópolis: Vozes, 1985. REALE, Miguel. Introdução à Filosofia. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2004. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia. 2. ed., São Paulo: Paulus, 2008. Volumes 1 – 7.</p>			

DISCIPLINA:	História da África		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 10	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Estudo da História e Historiografia da África. A formação dos povos africanos e seus processos de sociabilidade. Colonialismo e Imperialismo. Resistências, processos de independência e construção dos Estados pós-coloniais. Análise e produção de material de pesquisa e ensino sobre a História da África.</p>			

Bibliografia:

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de Janeiro de 2003.** Disponível em: { HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm" \h }

BOAHEN, A. Adu. (Org). **História Geral da África – (Coleção – 8 volumes).** São Paulo: Ática/UNESCO, 1991.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A Descolonização da África e da Ásia: processo de ocupação colonial, transformações sociais nas colônias, movimentos de libertação.** 8 ed. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Renato da Silveira (Trad.). Salvador/BA: EDUFBA, 2008.

FILHO, Wilson Trajano. História da África – Para que? In: ROCHA, Maria José & GILROY, Paul. **O Atlântico negro.** Rio de Janeiro, UCAM/Editora 34, 2001.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita a História contemporânea.** 4ªed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

LOVEJOY, Paul. **Escravidão na África: uma História de Suas Transformações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

M^{re}BOKOLO, Elikia – **África negra. História e civilizações.** Salvador / São Paulo: EDUFBA / Casa das Áfricas, 2009.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira.** São Paulo: Contexto, 2007.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro.** Tradução de L. Magalhães, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

NUNES, José Maria. **África: um olhar diferente.** Reio de Janeiro: CEAP, 2006.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, N. 3, 2003, p. 421- 461.

PANTOJA, Selma (orgs). **Rompendo Silêncios: historia da África nos currículos escolares.** Brasília: DP Comunicações, 2004.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança. A África antes dos portugueses.** 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

DISCIPLINA:	Optativa VI		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: A definir pelo colegiado.			

Sétimo Semestre

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado em História III		
C/H TOTAL:	100		
C/H TEÓRICA: 0	C/H PRÁTICA: 100	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: Inserção do aluno no ambiente escolar. Preparação da intervenção pedagógica no Ensino Médio.			
Bibliografia:			
CAIMI, Flávia Eloisa. Aprendendo a ser professor de história. Passo Fundo: Ed. Universidade			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	História Pública e Ensino de História		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA: 20	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 10	C/H SEMIPRESENCIAL: 30
<p>EMENTA: História Pública e ensino de História. Usos sociais, culturais, políticos, religiosos, econômicos e educativos da história. A história acadêmica e outros espaços de formação. Diálogos entre o conhecimento histórico sistematizado e demandas sociais incorporadas em atividades práticas didático-pedagógicas incorporadas em atividades educativas de formação em escolas e diversas instituições tomadas em suas dimensões pedagógicas – museus e lugares de memória. Elaboração de produto histórico.</p> <p>Bibliografia: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011. BONALDO, Rodrigo. Um fardo do presente? o jornalista entre a história e a memória. In: MAGALHÃES, Marcelo et al. Ensino de História. Usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014. p.255-278. CHALHOB, Sidney; FONTES, Paulo. História social do trabalho, história pública. Revista Perseu, da Fundação Perseu Abramo, n.4, 2009. FERREIRA, Denize Ramos. História Oral e História Pública. Os Caminhos para a posse da terra na Favela Vila Operária. Revista Resgate, v.XXII, n.28, p.23-30, jul.dez.2014. FONTES, Paulo; CHALHOUB, S. História Social do Trabalho, História Pública. Perseu: História, Memória e Política, v. 4, p. 217-228, 2009. LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo, vol. 20– 2014, p.1-20. MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2017. MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. História da Historiografia. Ouro Preto, n. 15, agosto 2014, p. 27-50. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). História pública no Brasil: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, 348p. NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei. Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011. PAGLIARINI JÚNIOR, Jorge. Histórias de municípios narradas em seus sites oficiais: a História Pública e seu potencial para a pesquisa histórica. Revista Tempo & Argumento, Florianópolis, v.9, n.20, p.247-266, jan./abril 2017. RIOUX, Jean-Pierre. Entre História e Jornalismo. In CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, P. (Org.) Questões para a História do Presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p.119-126 RODRIGUES, Leonardo Paiva do Monte. A divulgação da história nos livros de Eduardo Bueno e Laurentino Gomes. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 20-47, 2016. ROVAI, Marta Gouveia de O. Patrimônio e História Pública: relato de experiência sobre a mediação do pesquisador entre a universidade e as comunidades tradicionais de Canárias, no Maranhão. Revista Cultura Histórica & Patrimônio, v.3, n.2, p.126-139.</p>			

DISCIPLINA:	História do Brasil VI		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA: 48	C/H PRÁTICA: 12	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Estudo da sociedade brasileira no período do Governo Vargas ao Golpe de 1964. A "re-invenção" intelectual e cultural do Brasil: cultura, identidade e nação. Cultura política, nacional-desenvolvimentismo, autoritarismos e movimentos sociais. Revisão crítica da historiografia e análise de documentos para pesquisa e ensino.</p> <p>Bibliografia: BERTONHA, João Fábio (Org.). Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política. Maringá: EDUEM, 2013. BORIS FAUSTO. História concisa do Brasil. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009. FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001. FAUSTO, Boris. A revolução de 1930: historiografia e história. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. FICO, Carlos. História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015. GOMES, Angela de Castro. Cidadania e direito do trabalho. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2006. ORTIZ, Renato. Mundialização e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. PIVA, Luiz Guilherme. Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Editora 34, 2000. REIS, Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Cia das Letras, 2014. RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil: república: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 2012.</p>			

DISCIPLINA:	História Contemporânea III		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 30
<p>EMENTA: História das sociedades ocidentais na primeira metade do século XX. Grandes Guerras, ascensão dos fascismos e o processo revolucionário soviético. Direitos humanos e crimes de guerra. Análise dos movimentos sociais, econômicos, políticas e culturais. Debate historiográfico contemporâneo. Análise de documentação e materiais didático-pedagógicos.</p> <p>Bibliografia: BECKER, Jean. O tratado de Versalhes. Trad. Constancia Egrejas. São Paulo: Editora da Unesp, 2011. BERTONHA, João Fábio. A Primeira Guerra Mundial: O conflito que mudou o mundo (1914 – 1918). Maringá: Eduem, 2011. COMPAGNON, Olivier. O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra. Trad. Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014. GALBRAITH, John Kenneth. Viagem através da economia do nosso século. Lisboa Editorial Presença, 1995. GILBERT, Martin. A História do Século XX. Trad. Carolina Barcellos. São Paulo: Planeta, 2016. HECHT, Emmanuel & SERVENT, Pierre (orgs). O século de sangue: 1914 - 2014. As vinte guerras que mudaram o mundo. São Paulo: Contexto, 2015. HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios. 1875-1914. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. JINKINGS, Ivana & DORIA, Kim. 1917: o ano que abalou o mundo. São Paulo: Boitempo, 2017. MORAES, Luis Edmundo de. História Contemporânea: da Revolução Francesa a Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2017. PERROT, Michelle et al. História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. PROST, Antoine et al. História da vida privada: Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. REIS FILHO et al. O século XX: O tempo das crises: evoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. REIS FILHO, Daniel Aarão et al. O século XX: o tempo das certezas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. REIS, Daniel Aarão. A revolução que mudou o mundo: Rússia, 1917. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org). O século sombrio. Ensaios sobre as guerras e revoluções do século XX. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.</p>			

DISCIPLINA:	Pesquisa em História I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 30
<p>EMENTA: Fundamentos teóricos e metodológicos para a prática de pesquisa em história. Organização e sistematização de cronograma de pesquisa. Organização do processo de pesquisa; interpretação e análise de fontes. Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso.</p> <p>Bibliografia:</p>			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA: Ensino de História III			
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA: 48	C/H PRÁTICA: 12	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: Estudo dos princípios teóricos e metodológicos para o ensino/aprendizagem de História na atuação no Ensino Médio. Tendências atuais nas pesquisas em Ensino de História. Análise e produção de material didático. Realização de oficinas.</p> <p>Bibliografia: CAIMI, Flávia; NICOLA, Bárbara. Os jovens, a aprendizagem histórica e os novos suportes de informação. OP SIS, Catalão, v.15, n. 1, p. 60-69, 2015. CAIMI, Flávia. Professores iniciantes ensinando História: dilemas de aula e desafios da formação. Revista História Hoje, v. 2, n. 3. p. 87-107. 2013. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. MONTEIRO, Ana Maria. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Maud X, 2007. KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. In: Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio. 2006. p. 305-327. RANGEL, Mary. Representações e reflexões sobre o "bom professor". 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. RÜSEN, Jörn. Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012. SCHMIDT, Maria A.; BARCA, Isabel; URBAN, Ana C. (orgs.). Passados Possíveis: a educação</p>			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	Eletiva I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: A definir pelo Colegiado			

Oitavo Semestre

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado em História IV		
C/H TOTAL:	100		
C/H TEÓRICA: 0	C/H PRÁTICA: 100	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: Intervenção pedagógica supervisionada no Ensino Médio. Produção de Relatório Final.			
<p>Bibliografia: ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2011. CAIMI, Flávia Eloisa. Aprendendo a ser professor de história. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008. CAINELLI, Marlene Rosa. A história ensinada no estágio supervisionado do curso de história: a aula expositiva como experiência narrativa. Revista História e Ensino. Londrina. v.15, p. 173-182, agos. 2009. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (et al). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 2 ed. Campinas: São Paulo: Papyrus, 1994. FESTER, Helenice Ciampi Ribeiro. A busca de estágio interativo. In: RAIÇA, Darcy (org.) A prática de ensino ações e reflexões. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola Ltda, 2000. MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Professores: entre saberes e práticas. Educação e Sociedade, ano, XXII, nº 74, Abril/2001, p.121-142. PIMENTA, Selma G. O estágio na formação de professores. São Paulo: Cortez, 1997. PRATS, Joaquín. Ensinar história no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. Educar, Curitiba, 2006, p.191-218. SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que Avaliar? Como Avaliar?: Critérios e instrumentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.</p>			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	Pesquisa em História II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 20	C/H PRÁTICA: 10	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 30
<p>EMENTA: Fundamentos teóricos e metodológicos para a prática de pesquisa em história. Organização do processo de pesquisa; interpretação e análise de fontes; Estruturação e elaboração de trabalho de conclusão de curso; Organização e realização de bancas de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso.</p> <p>Bibliografia: ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor P. Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. 5. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 1982. CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990. ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. ECO, Umberto. Como se faz uma tese em ciências humanas. Lisboa: Presença, 1982. FALCON, Francisco. A identidade do historiador. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, v. 9, 1996. LE GOFF, Jacques. A história nova. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. MALERBA, Jurandir. Historiografia contemporânea em perspectiva crítica. São Paulo: EDUSC, 2007. MARCONI, Marina e LAKATOS, Eva. Fundamentos da metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006. VOLPATO, Gilson Luiz. Administração da vida científica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. VOLPATO, Gilson Luiz. Dicas para redação científica. 3 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.</p>			

DISCIPLINA:	Ensino de História IV		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 40	C/H PRÁTICA: 8	C/H EXTENSÃO: 12	C/H SEMIPRESENCIAL: 0

EMENTA: Metodologias do ensino/aprendizagem voltadas para o Ensino Médio. Princípios teóricos e práticos da intervenção pedagógica. Ensino de História em outros espaços de formação. Marcos regulatórios do Ensino de História no nível Médio. Análise e produção de material didático. Realização de oficinas.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida... [et al.]. **Qual valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 21-39.

BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1998.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: **Escritos Sobre a História.** São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 41-78.

CABRINI, Conceição et al. **O ensino de História: revisão urgente.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

GRINBERG, Keila; ALMEIDA, Anita. Detetives do passado no mundo do futuro: divulgação científica, ensino de História e internet. **Revista História. Hoje**, v. 1, nº 1, p. 315-326 – 2012.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **História e música.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história africana nas escolas: entre abordagens e perspectivas.** BRASIL, Ministério da Educação; CEAD. Educação Africanidades Brasil. Brasília: Mec/CEAD/UnB, 2006.

OLIVEIRA, Susane R. de. Representações das sociedades indígenas nas fontes históricas coloniais: propostas para o ensino de história. **Revista Anos 90 (PPGH-UFRGS).** Dossiê: História Indígena na América, n. 34, 2011.

TARDIF, Maurice. Os professores diante do saber: esboço de uma problemática do saber docente. In: TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 31-55.

DISCIPLINA:	História do Brasil VII		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 48	C/H PRÁTICA: 12	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
EMENTA: Estudo da sociedade brasileira contemporânea. Autoritarismo, modernização conservadora e resistência. Neoliberalismo e nacional-desenvolvimentismo. Democracia, cultura e direitos humanos. Revisão crítica da historiografia e análise de documentos para pesquisa e ensino.			
Bibliografia:			
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.			
FICO, Carlos. História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.			
FICO, Carlos. O golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.			
MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. Revista Brasileira de História , v. 30, p. 237-266, 2010.			
MOTTA, Rodrigo Pato Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. Revista Contemporânea , v. 3, p. 133-148, 2012.			
MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	História Contemporânea IV		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 10	C/H SEMIPRESENCIAL: 0
<p>EMENTA: História das sociedades ocidentais/orientais na segunda metade do século XX e no início do XXI. Guerra Fria e bipolarização mundial e globalização. Organismos internacionais e Direitos Humanos. Descolonização da Ásia e da África. Nova Ordem Mundial e globalização e terrorismo. Desafios ambientais no mundo contemporâneo. Debate historiográfico contemporâneo. Análise de documentação e materiais didático-pedagógicos.</p> <p>Bibliografia: CANEDO, Leticia Bicalho. A descolonização da Ásia e da África. 14 ed. São Paulo: Atual, 1994. (Coleção Discutindo a História) CHOMSKY, Noam. A nova guerra contra o terror. Estudos Avançados, v. 16, n. 44, p. 5-33, 2002. Disponível em: { HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-" \h } 40142002000100002 GILBERT, Martin. A História do século XX. Trad. Carolina Barcellos. São Paulo: Planeta, 2016. HECHT, Emmanuel & SERVENT, Pierre (orgs). O século de sangue: 1914 - 2014. As vinte guerras que mudaram o mundo. São Paulo: Contexto, 2015. HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. LEFF, Enrique. Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Trad. Gelze Serrat de Campos Rodrigues. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001. MAGNOLI, Demetrio (org). História da Paz: os tratados que desenharam o planeta. 2ed. São Paulo: Contexto, 2012. NAPOLEONI, Loretta. A fênix islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. 3 ed. Trad. Milton Chaves de Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. Saúde e sociedade, v. 7, n. 2, p. 19-31, 1998. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sausoc/v7n2/03.pdf. PROST, Antoine et al. História da vida privada: Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. REIS FILHO, Daniel Aarão et. al. O Século XX. O tempo das dúvidas: Do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. SAID, Edward W. A questão palestina. Trad. Sonia Midori. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.</p>			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	História Pública		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL: 30
<p>EMENTA: As funções da história no mundo contemporâneo. A História Pública como instrumento para novas audiências. Diferenças e semelhanças entre história acadêmica e não-acadêmica. A utilização da história em mídias eletrônicas. Estudo de casos. Elaboração de produto histórico.</p> <p>Bibliografia: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011. ARANDINO, Marta (org.). Educação em museus: a mediação em foco. FEUSP/Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016. DUMOULIN, Oliver. O papel do historiador: da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & Abusos da História Oral. 4.^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. MACMILLAN, Margaret. Usos e ausos da história. Rio de Janeiro: Record, 2010. HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro Aeroplano, 9-25, 2004. LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo, vol. 20 – 2014, p.1-20. LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. História Oral, v. 17, n. 1, p. 39-69, jan./jun. 2014. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). História pública no Brasil: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, 348p. NOIRET, Serge. História Pública Digital. Liinc em Revista, v. 11, n. 1, 2015. SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. Revista Estudos Históricos, v. 10, n. 19, 1997. VARELLA, Flávia F. et al. (org.). Tempo presente & usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.</p>			

DISCIPLINA:	Eletiva II		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO: 0	C/H SEMIPRESENCIAL:0

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

6.1 DISCIPLINAS OPTATIVAS I, II, III

As disciplinas optativas I, II, III, IV, V e VI serão ministradas no mesmo dia e horário da semana de modo que os alunos tenham a opção de escolher qual disciplina optativa pretendem cursar, independentemente do semestre no qual estejam matriculados.

As disciplinas Optativas **I, II e III** deverão constar no item 6.1.

DISCIPLINA:	Antropologia Cultural		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Estudo conceitual de cultura e das noções básicas que definem o objeto da Antropologia Cultural.			
<p>Bibliografia: AZZAN JÚNIOR, Celso. Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1993. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986. CANCLINI, Nestor García. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense: 1983. GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. GERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. ISER, Wolfgang. O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996. MALINOWSKI, Bronislaw. Uma teoria científica da cultura. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. MATTA, Roberto da. Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1976. MATTA, Roberto da. Antropologia e história. In: Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. TEIXEIRA, Sérgio Alves; ORO, Ari Pedro (Org.). Brasil e França: ensaios de antropologia social. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992. THELM, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História comparada: olhares plurais. Estudos Ibero-americanos, PUCRS, v. XXIX, nº 2, p. 7-22, dezembro 2003. WERNER, Denis. Uma introdução às culturas humanas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.</p>			

DISCIPLINA:	Sociologia		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Estudo das principais teorias sociais e suas correntes metodológicas.			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	Geografia do urbanismo		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
<p>EMENTA: Estudo das teorias sobre a origem e a expansão das cidades e seus mecanismos na organização espacial. O conceito de cidade como fenômeno social e seu vínculo com o papel do desenho urbano: antigo, moderno e contemporâneo. A abordagem teórico-metodológica sobre o urbano. Renda da terra, produção e reprodução urbana. A questão urbana nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O planejamento urbano e a ação do Estado. Os movimentos sociais urbanos e suas implicações no contexto do espaço geográfico. Atividades de campo e produção de material.</p>			
<p>Bibliografia: CARLOS, Ana f. A cidade e a organização do espaço. In: Revista do Departamento de Geografia. São Paulo: USP, FFLCH, 1992. CARLOS, Ana f. A cidade. São Paulo: Contexto, 2003. CARLOS, Ana f. Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994. CASTELLS, Manuel. O fenômeno urbano, Delimitação conceituais e realidades históricas. In: A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia da cidade. A produção do espaço urbano de Goiânia. Goiânia: Alternativa, 2001. CLARK, David. Introdução à Geografia Urbana. São Paulo: Difel, 1985. CORRÊA, Roberto L. Natureza e o espaço urbano significado de rede. São Paulo: Ática, 1989. CORRÊA, Roberto L. O que é espaço urbano. Quem faz o espaço urbano. In: O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989. CORRÊA, Roberto L. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989. GEORGE, Pierre. A geografia urbana. São Paulo: Difel, 1983. GOTTDIENER, Marck. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1993. HARVEY, David. A justiça social da cidade. São Paulo: Hucitec, 1980. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Editora Moraes, 1991. MUNFORD, Lewis. A cidade na história. São Paulo: Martins Fontes, 1982. RODRIGUES, Arlete M. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Hucitec, 1983. SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993. SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. São Paulo: Hucitec, 1994.</p>			

DISCIPLINA:	História Ambiental		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Estudo das relações entre homem e natureza em uma perspectiva histórica-historiográfica. Análise e produção de material de pesquisa sobre História Ambiental.			
<p>Bibliografia: ABRANTES, Paulo. Imagens de natureza, imagens de ciência. São Paulo: Papyrus, 1998. BLOCH, Marc. História e historiadores. Lisboa: Teorema, 1998. BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II. Lisboa: Martins Fontes, 1983-1984. BRAUDEL, Fernand. Reflexões sobre a história. São Paulo: Martins Fontes, 1992. CANGUILHEM, Georges. La connaissance de la vie. Paris: Vrin, 2003. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A invenção ecológica. Narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. COLLINGWOOD, R.G. Ciência e filosofia. A idéia de natureza. Lisboa: Presença, 1986. DAGOGNET, François. Considérations sur l' idée de nature. Paris: Vrin, 2000. DARWIN, Charles. Origem das espécies. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002. DELÉAGE, Jean-Paul. História da ecologia. Uma ciência do homem e da natureza. Lisboa: Dom Quixote, 1993. DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2000. DIEGUES, Antonio Carlos. (Org) Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000. DROUIN, Jean-Marc. Reinventar a natureza. A ecologia e a sua história. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. DUARTE, Regina Horta. História e natureza. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. FEBVRE, Lucien. Olhares sobre a história. Lisboa: Asa, 1996. HEISENBERG, Werner. A imagem da natureza na Física moderna. Lisboa: Livros do Brasil, 1980. LECOURT, Dominique. Humano pós-humano. A técnica e a vida. São Paulo: Edições Loyola, 2005. LENOBLE, Robert. História da idéia de natureza. Lisboa: Edições 70, 2002. MAYR, Ernst. Biologia, ciência única. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. MONOD, Jacques. O acaso e a necessidade. Petrópolis: Vozes, 2006. MORIN, Edgar. O método 5. A humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2002. MORIN, Edgar. O método 2. A vida da vida. Lisboa: Europa-América, 1999. MORIN, Edgar. O método 1. A natureza da natureza. Lisboa: Europa-América, 1997. MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte Kern. Terra-pátria. Porto Alegre: Sulina, 1995. MOSCOVICI, Serge. A sociedade contranatura. Lisboa, Livraria Bertrand, 1977. MOSCOVICI, Serge. De la nature. Pour penser l' ecologie. Paris: Éditions Métailié, 2002. PAPAVERO, Nelson; LLORENTE-BOUSQUETS, Jorge; ORGANISTA, David Espinosa; MASCARENHAS, Rita. História da Biologia comparada. Desde o gênese até o fim do império romano do ocidente. Ribeirão Preto: Holos, 2000. ROSSET, Clément. A antinatureza: elementos para uma filosofia trágica. Rio de Janeiro: Espaço Tempo, 1989. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento, 1998. SAGAN, Carl. Os dragões do Éden. Especulações sobre a origem da inteligência humana e das outras. Lisboa: Gradiva, 1997.</p>			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	História e cinema		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Estudo do cinema como mecanismo de reconstrução da realidade e análise fílmica no contexto histórico como formação de representações. Análise de filmes e produção de textos.			
<p>Bibliografia: CALIL, Carlos Augusto M.; SIQUEIRA, Sérvulo; IARNSTAEDT, Hans e outros. Cinemateca imaginária, cinema e memória. Rio de Janeiro: Embrafilme/DDD, 1981. CARDOSO, Ciro Flamarion; OLIVEIRA JUNIOR, Antônio Ribeiro de. Também com a imagem se faz história. Cadernos do ICHF/UFF n°-32, setembro 1990. DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette: mídia, cultura e comunicação. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. FERRO, Marc. Cinema e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. FERRO, Marc. A História vigiada. São Paulo: Martins Fontes, 1989. FERRO, Marc. O filme, uma contra-análise da sociedade In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). História: novos objetos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, pp.201-202. MENESES, Ulpiano B. Fontes. Fontes visuais, cultura visual, história visual: Balanço provisório. In: Revista Brasileira de História: O ofício do historiador, n° 45. São Paulo, ANPUH, 2003. NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003. NAPOLITANO, Marcos. Como usar a televisão em sala de aula. São Paulo: Contexto, 2001. SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexos sobre o uso e o consumo das imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2004. WERNECK DA SILVA, José Luiz, Do desprezo ao temor: o filme como fonte para o historiador. In: História em cadernos, Mestrado de História IFCS/UFRJ, vol. II, n° 1, janeiro-agosto 1984.</p>			

DISCIPLINA:	História e Relações de Gênero		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Estudo das relações de gênero na sociedade a partir das discussões historiográficas contemporâneas. Relações de poder e sexualidade. Análise e produção de material de pesquisa sobre as relações de gênero.			
<p>Bibliografia: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e devotas: mulheres da colônia - condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil (1750-1822). Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.</p>			

BELLINI, Lígia. **A coisa obscura** – mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Maria de Fátima da. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? In: **História: questões & debates**. Curitiba: Ed. da UFPR, v. 18, n. 34, jan/jun. 2001.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

FARGE, Arlette & DAVIS, Natalie Zemon. (Org.). **História das mulheres** – do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, 1994.

FRAISSE, Geniève & PERROT, Michelle. **História das mulheres** – o século XIX. Lisboa: Afrontamento, 1994.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas famílias** – vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador de diamantes**: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HÉRITIER, Françoise. Masculino/ Feminino. In: **Enciclopédia Einaudi** – Parentesco. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1989. vol. 20, p. 11-26.

LIMA, Lana Lage da Gama (Org.) **Mulheres, adúlteros e padres** – história e moral na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MATOS, Maria Izilda S. de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. In: **História: questões & debates**. Curitiba: Ed. da UFPR, v. 18, n. 34, jan/jun. 2001.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Luzia Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, C. A. B. et. all. **Questões de teoria e metodologia da história**. POA: Ed. UFRGS, 2000.

SCHUMAHER, Schuma & Brazil, Érico Vital (Org.). **Dicionário mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade. Vol. 20 (2), jul/dez. 1995.

SELLA, M. A. Um olhar sobre a história das mulheres. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.) **Fascínios da História**. Passo Fundo: UPF, 2003.

SOIHET, Rachel. O Sexo difamado. In: **Revista Nossa História**. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, ano 1, nº 3, janeiro, 2004.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história** – ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOIHET, Rachel. et alli. **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Vida privada e cotidiano no Brasil na Época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SOUZA, Laura de Mello (Org.). **História da vida privada no Brasil** – cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DISCIPLINA:	Patrimônio Cultural		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H

EMENTA: Estudo dos conceitos relativos à definição do patrimônio histórico-cultural e das principais normativas que orientam a intervenção, conservação e a gestão dos bens culturais brasileiros. Atividades de campo e produção de material de pesquisa.

Bibliografia:

- ARANTES, Antonio Augusto (Org). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARANTES, Antonio Augusto. A preservação de bens culturais como prática social. In: **Revista Museologia**, 2º sem, 1989.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. **A cidade no fluxo do tempo**: invenção do passado e patrimônio. Sociologias nº. 9. Porto Alegre: jan./jun. 2003.
- CALLE VAQUERO, Manuel de la. **La ciudad histórica como destino turístico**. Barcelona: Ariel, 2002.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense S.A, 1982.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CALS, Joan; CAPELLÀ, Josep; VAQUÉ, Empar. **El turismo en el desarrollo rural de España**. Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1995.
- CARTAS PATRIMONIAIS, Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, EDUNESP, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.
- CESNIK, Fabio de Sá, BELTRAME, Priscila A. **Globalização da cultura**. Barueri: Manole, 2005.
- DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória**. SP: Sec. Mun. de Cult., 1992.
- FERNANDES, José Ricardo Oria. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História** 25/26. v.13 nº25/26, São Paulo, set.92/ago.93. p. 265-276.
- FONSECA, Maria Lucinda. Patrimônio histórico e cultural e desenvolvimento local. In: A. B. Rodrigues (Org.). **Turismo Rural**: práticas e perspectivas. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p 47-68.
- FUNARI, Pedro Paulo, PINSK, Jaime (Org). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOYA, Yumi. **Patrimônio histórico e turismo na Ilha de Florianópolis**. Florianópolis: UFSC/, s,d.
- HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**, v.25, n.2., 1995.
- JOKILEHTO, Juka. **Gestão do patrimônio integrado**. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2002.
- LEGOFF, Jacques. **Historia e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.
- MAGNANI, José G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: E. Yáziqi, A. F. A. Carlos & R. C. A. Cruz (Org.) **Turismo**: Espaço, Paisagem e Cultura. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 88-99.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca, 2004.
- ZANIRATO, Silvia. **A gestão do turismo e suas atividades**. Recife: UFPE, 2004.
- ZANIRATO, Silvia. **O patrimônio cultural como atrativo turístico nas cidades históricas**. Desafios e oportunidades para um desenvolvimento sustentável. Estudos Turísticos, 2004.
- ZANIRATO, Silvia. **As políticas de preservação e de usufruto do patrimônio cultural**: o Centro histórico de Salvador como um estudo de caso. Revista Pós História, Assis, v.10, p.161-

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	Fundamentos da Arqueologia		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Arqueologia Brasileira. Natureza e objetivos da arqueologia. Sítios arqueológicos brasileiros e evidênciação das estruturas arqueológicas. Populações pré-históricas do Brasil. Atividades práticas de campo e em laboratórios.			
<p>Bibliografia: BANDEIRA, D. R. Mudanças na estratégia de subsistência. O Sítio Arqueológico Enseada I: Um estudo de caso. Tese de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 1992. BELTRÃO, M.C. & ANDRADE, Lima T. Mumificações naturais na pré-história Brasileira. In: Revista de Arqueologia. Belém, 3(1): 3-39. BEZERRA DE MENEZES, U.A. "New Archaeology": A Arqueologia como ciência social. In: Diálogos sobre a Arqueologia. Terceira Série, Ano 1, n. 1, 1983. BEZERRA DE MENEZES, U.A. Identidade cultural da arqueologia. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 20, p. 33-6, 1984. BEZERRA DE MENEZES, U.A. A construção do território americano. In: Revista da USP, n. 2, São Paulo, 1991/92. BINFORD, L. En busca del pasado - descifrando el registro arqueologico. Barcelona: Crítica, 1980. BROCHADO, J.P. O uso da analogia etnográfica para propor e testar a reconstrução hipotética do uso da mandioca. In: Alimentação na floresta tropical. UFRGS, Cadernos n. 2. BROCHADO, J.P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrônica Amazônica. In: Dédalo, 1989. CASTRO FARIA, L. Domínios e fronteiras do saber - A identidade da arqueologia. In: Antropologia: Espetáculo e Excelência. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro. CHANG, K. C. Nuevas perspectivas en Arqueologia. Madrid: Alianza Editorial, 1982. CLARK, G. A identidade do homem - uma exploração arqueológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1982. FOSSARI, T.D. Cultura pré-histórica da Ilha de Santa Catarina. In: História sócio-cultural de Florianópolis. Ferreira de Mello (Org.). Florianópolis: Clube 12 de Agosto/IHGSC/Lunardelli, 1991. FUNARI, P. P. A. Arqueologia. São Paulo: Vozes, 1988. GUIDON, M. As ocupações pré-históricas (excetuando a Amazônia). In: História dos índios do Brasil. CUNHA, M. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992. HESTER, T.R.; HEIZER, R.F. & GRAHAM, J.A. Métodos de campo em arqueologia. México: Fonde de Cultura, 1988.</p>			

{ SHAPE * MERGEFORMAT }

DISCIPLINA:	Linguagem e História		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
<p>EMENTA: Estudo das concepções de linguagem e suas categorias fundamentais. Relação entre linguagem e história e modalidades de linguagem relacionadas aos estudos dos dados e fatos históricos. Estudos da relação linguagem e cultura e a inter-relação entre linguagem, tecnologias e história.</p>			
<p>Bibliografia: BAKTHIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1997. BARTHES, R. Elementos de semiologia. São Paulo: Cultrix, 1971. BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. BOUGNOUX, D. Introdução às ciências da comunicação. Bauru: EDUC, 1999. BOURDIEU, P. O poder simbólico. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, P. (Org.). A escrita da história: Novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. CERTEAU, Michel de. A escrita da história. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000. FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1998. GREGOLIN, M. R. V. (Org.). Filigranas do discurso: As vozes da história. FCL/Laboratório Editorial /UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000. LE GOFF, J. História e memória. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: Diálogos de história com a literatura. In: NODARI, Eunice. História: Fronteiras. SP:HUMANITAS/FFLCH/USP:ANPUH, 1999. SANTAELLA, L. Produção de linguagem e ideologia. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 1996. SAUSSURE, F. Curso de lingüística geral. São Paulo: Cultrix, 1972. REIS, R. (Re)lendo a história. In LEENHARDT, J.; PASAVENTO, S. J. (Orgs.). Discurso histórico e narrativa literária. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. VEYNE, P. Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. WHITE, H. Meta-história. A imaginação histórica do Século XIX. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1995. WHITE, H. Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da USP, 1994.</p>			

DISCIPLINA:	História Econômica		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H

EMENTA: Estudo dos fundamentos teóricos e epistemológicos que sustentam o pensamento econômico, tomando como ponto de partida a leitura dos clássicos da ciência econômica produzidos entre o século XVIII e XX. Análise e produção de material de pesquisa

Bibliografia:

ARAÚJO, C. R. V. **História do pensamento econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1995.

BIANCHI, ANA MARIA. **A Pré-história da economia**: de Maquiavel a Adam Smith. São Paulo: Hucitec, 1988.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CARDIM DE CARVALHO, F. J. **Ensaio sobre a economia política moderna**: Teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Editora Marco Zero, 1998.

COUTINHO, M. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

HOBSON, J. A. **A evolução do capitalismo moderno** – um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983. Série Os Economistas.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

JEVONS, W.S. **A teoria de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas.

KEYNES, Jonh Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992. MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os Economistas.

MARX, Karl. **O capital. Contribuição à crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 6 volumes.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NAPOLEONI, C. **O pensamento econômico do século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

QUESNAY, François. Análise do quadro econômico. In: **Petty, Quesnay**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção os Economistas.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e de tributação**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.

RIMA, I. H. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1990.

SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os Economistas.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo, democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SKIELDESKY, Robert. **John Maynard Keynes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 2 volumes.

STRATHERN, PAUL. **Uma breve história da economia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SZMERECSANYI, Tamas; COELHO, Francisco da Silva. **Ensaio de história do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA:	História Política		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Estudo do debate historiográfico clássico e das novas tendências da História Política. História Política Tradicional, Nova História Política e Tempo Presente. Análise e produção de material de pesquisa.			
Bibliografia:			
BALANDIER, G. O poder em cena . Brasília: Editora UnB, 1982.			

- BARKER, E. O estudo da ciência política. In: KING, Preston. **O estudo da política**. Brasília: Editora da UnB, 1980.
- BOBBIO, N. et ali. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Oeiras: Celta Ed. 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BROGAN, D. W. O estudo da política. In: KING, Preston. **O estudo da política**. Brasília: Editora da UnB, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História do poder, história política. In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCPS, v. XXIII, n.1, p. 123-141, junho, 1997.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Absolutismo afetivo. A Prússia como sentimento**. São Paulo: Escuta, 2005.
- FALCON, F. C. História das idéias. In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história** – Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FALCON, Francisco. História e poder. In. Cardoso, Ciro F. e Vainfas, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Ed. Campus 1997. p. 61- 89.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HARLAN, D. A história intelectual e o retorno da literatura. In RAGO, M. & GIMENES, R. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: IFCH, 2000.
- GINZBURG, Carlo. **Relação de força história, retórica prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LACERDA, S. & KIRSCHNER, T. C. Tradição intelectual e espaços historiográficos, ou porque dar atenção aos textos clássicos. In: **Textos de História**. Brasília, nº- 02, 1997.
- LASKI, H. J. Sobre o estudo da política. In: KING, Preston. **O estudo da política**. Brasília: Editora da UnB, 1980.
- LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor, ensaio sobre a ordem dogmática**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- LE GOFF, J. A política será ainda a ossatura da história? In: **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983.
- LOPES, M. A. **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.
- LOPES, M. A. **Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002.
- RÉMOND, René. Por uma história política. In: **Estudos Históricos**. nº 13 1994, p, 7-19.
- RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RODRIGUES DA SILVA, H. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papyrus, 2002.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, n.30, pp.9-22, 1995.
- SAID, Edward. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SCHORSKE, Carl. **Pensando com a história. Indagações sobre a passagem ao modernismo**, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TUCK, R. História do pensamento político. In: BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- VASCONCELOS, J. A. Quem tem medo da teoria? Os historiadores e a virada lingüística nas ciências humanas. In: **História, Espaço e Meio Ambiente – VI Encontro Regional de História – Anpuh – Pr, Maringá, 2000**.

DISCIPLINA:	Laboratório de Memória
-------------	-------------------------------

C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Estudo do atual debate historiográfico sobre memória, história e narrativas. Análise e produção de narrativas e estudo da história local e regional.			
<p>Bibliografia: BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As faces da memória. Campinas: UNICAMP, s.d. FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1992. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. LE GOFF, Jacques. História e memória. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1996. MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, 1993. n.º 10. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1992. v. 5, n. 10. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2 n.º3 1989. SAMUEL, Raphael. História local e história oral. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9 no19. pp. 219-243. set.89/fev.90. SILVA, Zélia Lopes da (Org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999. THOMPSON, Paul. A voz do passado – História oral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.</p>			

6.2. EMENTAS - DISCIPLINAS OPTATIVAS IV, V, VI

As disciplinas Optativas IV, V e VI deverão constar no item 6.2 - disciplinas de Dimensão Pedagógica.

DISCIPLINA:	Ensino de História e a Questão das Temporalidades		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Tempo histórico como elemento estruturante da produção do conhecimento histórico. Conceito de tempo histórico em diferentes matrizes teóricas. O tempo histórico: duração, ritmo, sucessão, simultaneidade, permanências e continuidades. Ensino de história e regimes de historicidade. Desafios pedagógicos na recontextualização didática do tempo histórico. Conceitos como: narrativa histórica, identidade narrativa e consciência histórica. Tempo histórico e história ensinada: propostas curriculares, livros didáticos, narrativas de professores e alunos em sala de aula.			

Bibliografia:

- CARRETERO, Mario. **Documentos de identidades**: a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GONTIJO, Rebeca; MAGALHAES, Marcelo; ROCHA, Helenice (orgs.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 35-50.
- HARTOG, François. **Tempo e História**: “Como escrever a história da França hoje?”. *História Social*, Campinas, Unicamp, n. 3, 1996, p. 127-154.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 1 ed., 2 reimp.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **A máquina da memória. Almanaque Abril**: O tempo presente entre a história e o jornalismo. Bauru: Edusc, 2009.
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia** (on-line), Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), nº 02, p. 163-209, março 2009.
- RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, 1(2): 7-16, jul./dez. 2006.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

DISCIPLINA:	Políticas Educacionais		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Princípios filosóficos, culturais, econômicos e sociais da política educacional. Estado, modo de produção e relações de poder. A instituição de reformas e leis educacionais no sistema de ensino. Estudo dos problemas ligados à estrutura da Educação Básica com ênfase nos aspectos legais, estruturais e técnico-administrativos em sua evolução histórica nas instâncias federal, municipal e estadual do sistema do ensino brasileiro. Implicações pedagógicas da política educacional. Atividades práticas de análise e produção de material de pesquisa.			

Bibliografia:

BRASIL, MEC. **Documentos Oficiais da Educação Básica.** (Antigos e atuais).
 BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9.394/96** – Publicação – APP Sindicato/CUT. CNTL em defesa da escola pública. DOCUMENTO. Prioridades e Estratégias para a Educação. Banco Mundial, 1995.
 BRASIL. **Constituição Federal.** Senado Federal, 1998. DOCUMENTO. Estatuto da Criança e do Adolescente. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
 BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB interpretada: Diversos olhares se entrecruzam.** São Paulo: Cortez, 1997.
 GERMANO, J. W. **Estado nacional e educação no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 1994.
 GUIRALDELLI JR, P. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 1994. KUENZER, A. Z. (Org.).
 GUIRALDELLI JR, P. **Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2000.
 LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. **Educação escola: Políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2005. Coleção Docência e Formação.
 LISITA, V. M. S. de S.; SOUSA, L. F. E. (Orgs.) **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
 MAAR, L. W. **O que é política?** São Paulo: Brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos.
 MENEZES, J. G. de C et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica.** São Paulo: Pioneira, 1998.
 SAVIANI, D. **A nova LDB: Trajetória, limites e perspectivas.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.

DISCIPLINA:	Fundamentos teórico-metodológicos da Educação Especial		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Concepções históricas, psicológicas, antropológicas, filosóficas dos conceitos das causas de dificuldades de aprendizagem e do portador de necessidades educacionais especiais. Proposta teórico-metodológica no trabalho com dificuldade de aprendizagem e possibilidades de integração/inclusão social e pedagógica: conceituação de dificuldade de aprendizagem. Desenvolvimento de projetos de pesquisa da realidade.			
Bibliografia:			
BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Deficiência Mental. Brasília: SEESP, 1997			
BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: <{ HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm" \t "_blank" }>. Acesso em: 21 fev. 2014.			
BRASIL. Lei n. 12.976, de 4 de abril de 2013. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013a. Disponível em: <{ HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm" \t "_blank" }>. Acesso em: 1 mar. 2014.			
CAMARGO, E. P. Inclusão e necessidade especial: compreendendo identidade e diferença por meio do ensino de física e da deficiência visual. São Paulo: Livraria da Física, 2016.			
COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Org). Desenvolvimento Psicológico e Educação. Volume 3. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.			
MACE, R. et al. Accessible environments: toward universal design. In: PRIESER, W. E.; VISCHER, J. C.; WHITE, E. T. (Ed.). Innovation by design. New York: Van Nostrand			

Reinhold, 1990. p. 187-219.
 MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
 RAMOS, R. **Passos para a inclusão.** São Paulo. Cortez, 2008.
 VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DISCIPLINA:	Educação Patrimonial e Ensino de História		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
<p>EMENTA: O ensino de História e o campo do Patrimônio Cultural material e imaterial. Exploração das conexões das instituições de memória com os campos da cultura, do mercado, da ciência e da educação. A partir de estudos de caso e de levantamentos gerais sobre a situação dos museus brasileiros, são examinadas as novas concepções de ensino de História nos museus trazidas pela discussão contemporânea sobre patrimônio, memória, identidade cultural e educação.</p>			
<p>Bibliografia: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. CHUVA, Márcia. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930- 1940). Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2009. CASTRIOTA, Leonardo. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESCO, 2001. FARGE, Arlette. Lugares para a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. OLIVEIRA, Lucia Lippi. Cultura é Patrimônio: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2009. SALVADORI, Maria Ângela Borges. História, Ensino e Patrimônio. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Editores, 2010. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. Revista Brasileira de Ciências Sociais 19 (55): 53-73, jun. 2004. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. Aprender História: Perspectivas da Educação Histórica. Ijuí: Unijuí, 2009. SOARES, AndreLuis Ramos; KLAMT, Sergio. Educação Patrimonial: teoria e prática. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.</p>			

DISCIPLINA:	História do Ensino de História		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
<p>EMENTA: A emergência da história como campo disciplinar no século XIX. Os debates acerca do lugar do ensino da história. As diferentes concepções sobre o ensino, a aprendizagem e os conhecimentos históricos necessários para a história escolar. A trajetória do ensino de história na educação básica. A criação dos cursos universitários de história e a profissionalização dos professores. A produção historiográfica e a articulação entre o saber acadêmico e o saber escolar. Demandas sociais e ensino de história.</p>			

Bibliografia:

- BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar**. São Paulo: Loyola, 1990.
- BITTENCOURT, Circe. **Pátria, civilização e trabalho**. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: s/e, 1988.
- BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CEZAR, Temístocles, Lição sobre a escrita da História. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX, Diálogos*. Maringá, (8):11-29, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. O Ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *Manguinhos - História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, 19(2), abril-junho 2012.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GONCALVES, Marcia de Almeida et al. **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- JOUTARD, Phillippe. L'enseignement de l'histoire. In: BÉDARIDA, François (org.). **L'histoire et le métier d'historien en France 1945-1995**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995, p. 45-55.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). **Histórias do ensino de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1998.
- MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.
- NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectivas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado**. Uma discussão necessária à formação do profissional de História. Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2011.
- REZNIK, Luís, A construção da memória no ensino da História. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (org.). **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 2004, p. 339-350.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

DISCIPLINA:	A Aprendizagem em História e a Formação Histórica		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Bases da noção de formação histórica, na relação com a identidade e memória. Teorias do ensino-aprendizagem e a Didática da História. Ensinar e aprender História: saberes, competências e habilidades. Saber histórico e saber histórico escolar. Representações sociais, memória, conhecimentos prévios e consciência histórica. O aprendizado dos conceitos de tempo, espaço e cultura. A formação identitária da criança e do jovem: aspectos éticos e políticos. Aprendizagem significativa em diferentes perspectivas.			

Bibliografia:

- ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de história:** conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- AISENBERG, Beatriz e ALDEROQUI, Silvia (orgs) **Didáctica de las ciencias sociales:** aportes y reflexiones. Buenos Aires, Paidós, 2009.
- BARCA, Isabel. **O pensamento Histórico dos jovens.** Braga, Universidade do Minho, 2000.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BOOTH, Martim. Skills, concepts, and attitudes. The developmental of adolescent children's historical thinking. **History and Theory**, vol. XXII, n.4, 1983.
- CARRETERO, Mario. **Construir e ensinar as ciências sociais e a História.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. Pensar a História, repensar seu ensino. Porto, Porto Editora, 1994.
- FREITAS, M. T. A. Bakhtin e a psicologia. In: FARACO, C.A. et al. **Diálogos com Bakhtin.** Curitiba: Editora da UFPR, 1996. p. 165-187.
- FONSECA, Selva Guimarães. A História na Educação Básica: conteúdos, abordagens e metodologias". In: **Anais do Seminário Nacional: Currículo em movimento – perspectivas atuais.** Belo Horizonte, novembro de 2010.
- HANNOUN, Hubbert. **El niño conquista el médio.** Buenos Aires: Kaspeluz, 1977.
- LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares:** As razões do improvável. São Paulo, Ática, 1997.
- LEE, Peter. LEE, P. J. Why learn history? In: DICKINSON, A. K.; LEE, P. J.; ROGERS, P. J. (Eds.). **Learning history.** London: Heinemann Educational Books, 1984.
- LEE, Peter. Putting principles into practice: understanding history. In: BRANSFORD, J. D.; DONOVAN, M. S. (Eds.). **How students learn: history, math and science in the classroom.** Washington, DC: National Academy Press, 2005. Also in a history only version, How students learn: history in the classroom. Washington, DC: National Academy Press.
- LURIA, A. R. **Desenvolvimento cognitivo:** seus fundamentos sociais e culturais. São Paulo: Ícone, 1990.
- MIRANDA, Sonia Regina. **Sob o signo da memória.** São Paulo: UNESP; Juiz de Fora: EDUFJF, 2007.
- MONTEIRO, Ana Maria. "Ensino de História: das dificuldades e possibilidades de um fazer". In: DAVIES, Nicholas (org.). **Para além dos conteúdos no ensino de História.** Niterói: EDUFF, 2000, pp. 27-43.
- PEREIRA, Maria do Céu Melo. **O conhecimento tácito histórico dos adolescentes.** Braga, Universidade do Minho.
- PIAGET, Jean. **A construção do real na criança.** 3 ed. São Paulo: Ática, 1996.

DISCIPLINA:	Avaliação no Ensino de História: Para Que, O Que E Como Avaliar?		
C/H TOTAL: 60			
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Bases da noção de formação histórica, na relação com a identidade e memória. Teorias do ensino-aprendizagem e a Didática da História. Ensinar e aprender História: saberes, competências e habilidades. Saber histórico e saber histórico escolar. Representações sociais, memória, conhecimentos prévios e consciência histórica. O aprendizado dos conceitos de tempo, espaço e cultura. A formação identitária da criança e do jovem: aspectos éticos e políticos. Aprendizagem significativa em diferentes perspectivas.			

Bibliografia:

- BONOTTO, Gabriele; FELICETTI, Vera Lucia. Habilidades e competências na prática docente: perspectivas a partir de situações-problema. **Educação por Escrito**. v. 5, n. 1, 2014.
- BUENO, Sinésio Ferraz. As ilusões da avaliação: quando o professor de História estimula a preguiça de pensar. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes, IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Educação na América Latina**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão e Cultura; EDUSP, 1996, pp. 295-305.
- CHUEIRI, Mary Stella Ferreira. Concepções sobre Avaliação Escolar. **Estudos em avaliação educacional**. V 19. N. 39, jan.abr, 2008, pp. 49-64.
- DAVIES, N. **Para além dos conteúdos no ensino de história**. Niterói / RJ – EDUFF, 2000.
- HAIDT, Regina Célia Cazaux. A formulação de Objetivos Educacionais. In: **Curso de Didática Geral**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2001. p.112-125.
- HOFFMANN, J. Avaliação: **mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- GARCIA, Lenise Aparecida Martins Garcia. Competências e Habilidades: você sabe lidar com isso? **Educação e Ciência On-line**, Brasília: Universidade de Brasília.
- LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Revista Pátio**, ano 3, nº 12, pág. 6-11, fevereiro/abril 2000.
- MACHADO, Nilson José. Interdisciplinaridade e contextuação. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **ENEM**: fundamentação teórico-metodológica. Brasília, 2005. p. 41-53.
- MAGALHÃES, Marcelo de S. História e cidadania: por que ensinar história hoje?. In: Martha Abreu; Rachel Soihet. (Org.). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. 1ªed.Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, v. 1, p. 168-184.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.
- THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 19. Set/dez, 2008, pp. 545- 554.
- TURINI, Leide Divina Alvarenga. Avaliação no Ensino de História. **Ensino em Re-Vista**. 5(1): 69-82. Jul. 96/ Jun 97, pp. 69-187.

DISCIPLINA:	Didática da História: Trajetória, Desafios e Perspectivas		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
EMENTA: Didática da história como campo de pesquisa e disciplina acadêmica. Trajetória de construção da Didática de História. Diferentes concepções de didática e suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem de história. Planejamento e Avaliação em História. A sala de aula de História. Recursos didáticos como suportes do conhecimento histórico recontextualizado em objeto de ensino. Papéis e usos do livro didático em sala de aula. Escola como espaço de formação do professor de história.			

Bibliografia:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra / FAPERJ, 2003.
 BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2005.
 KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** São Paulo: Contexto, 2003.
 SCHMIDT, M. A. e CAINELLI, M. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004.
 SILVA, Thelma N. M. B e RABELLO, Heloísa. **O Ensino da História: utilização do documento escrito.** Niterói: EDUFF, 1992.
 SOUSA, Ana et alii (org.). **Novas estratégias, novos recursos no ensino de história.** Lisboa: Asa, 1993.
 VILLALTA, Luiz Carlos. Dilemas da relação teoria e prática na formação do professor de História: Alternativas em perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93.

DISCIPLINA:	Ensino de História e Educação para as Relações Étnico-Raciais		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
<p>EMENTA: Conceito de etnia. A ideia de raça no mundo Atlântico (a partir do século XVI) e as principais teorias raciais do século XIX. Racismo, colonialismo e seus impactos na Educação e no ensino de História. As lutas anticolonialistas e antirracistas na Educação: principais perspectivas teórico-metodológicas. Movimentos negros e movimentos indígenas no Brasil. Conceitos de diferença, diversidade e desigualdade. Conceitos de colonialidade e interculturalidade. A Lei no. 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Análise de experiências curriculares e de formação de professores a partir da implementação da referida lei nos sistemas de ensino.</p>			
<p>Bibliografia:</p> <p>ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: uma conversa com historiadores. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 21(41), jan./jun., 2008. BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008. FREIRE, José Ribamar Bessa. "A representação da escola em um mito indígena". Teias. UERJ. Rio de Janeiro, Ano 2, nº 3 - Jan/Jun, 2001. FREIRE, Paulo. Cartas a Guiné-Bissau. Registros de uma experiência em progresso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. HASENBALG, Carlos. "Desigualdades Raciais no Brasil". In HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. Estrutura social, mobilidade e raça. São Paulo: Vértice, 1988. MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC/Secad, 2008. PAIXÃO, Marcelo. 500 anos de solidão: estudos sobre desigualdades raciais no Brasil. Curitiba: Appris, 2013. PEREIRA, Amilcar Araujo. O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013. PEREIRA, Amilcar Araujo. (Org.). Educação das relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula. 1ed. Brasília: Fundação Vale/UNESCO, 2014.</p>			

PEREIRA, Amilcar A. & VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amilcar Cabral e Paulo Freire. In **Estudos Históricos**, n. 50, 2012.

PEREIRA, Amilcar A. & MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) **Ensino de História e culturas afrobrasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

POLIAKOV, Léon. **O mito ariano**: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: EDUSP, 1974.

SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

DISCIPLINA:	História e Educação em Direitos Humanos		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:0	C/H EXTENSÃO:	C/H
<p>EMENTA: Dever de memória e ensino de História. História, historiografia e memória da ditadura militar, por meio do estudo de fontes primárias e secundárias. Legislações educacionais e currículos sobre ditaduras militares e memórias traumáticas no Brasil e na América Latina. Avaliação de recursos didáticos e paradidáticos no que diz respeito à Educação em Direitos Humanos. Possibilidades de trabalhos que sensibilizem estudantes na defesa e na promoção de direitos.</p>			
<p>Bibliografia:</p> <p>BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. Brasília: CNV, 2014. 976 p. Disponível em http://cnv.gov.br/. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192.</p> <p>BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Parecer CNE/CP n. 8/2012. Aprovado em 6/3/2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192.</p> <p>BRASIL. TV SENADO. Em Busca da Verdade. Documentário sobre investigações da Comissão Nacional e das Comissões Estaduais da Verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas na ditadura de 1964. 2015. Disponível em http://www.senado.leg.br/noticias/TV/Video.asp?v=409607. CERRI, Luis Fernando. “Ensino de história e nação na propaganda do milagre econômico” Brasil: 1969-1973. Dissertação. Unicamp: Campinas, 2000.</p> <p>DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos (1948). Disponível em http://www.dudh.org.br/declaracao/. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar Rev. Bras. Hist. vol.24 no.47 São Paulo 2004.</p> <p>REZNIK, Luís & MONTEIRO, Ana Maria (org.). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012, p.81-95. GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar Escrever Esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006.</p> <p>HEYMANN, Luciana Quillet. O dever de mémoire na França contemporânea. In: Gomes, A. C. (coord.). Direitos e Cidadania: Memória, Política e Cultura. Rio de Janeiro, FGV, 2007, 15-43. MEZAROBBA, Glenda. “De que se fala, quando se diz ‘Justiça de transição?’”. BIB, n. 67, 2009, p. 111-122.</p> <p>MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula. Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.</p>			

PEREYRA, A. **La relación de los adolescentes con la historia reciente de Argentina:** un estudio exploratorio de la conciencia histórica entre estudiantes de escuelas medias públicas de la Ciudad de Buenos Aires. Tese (Doctorado en Ciencias Sociales). 2007. 369f. Buenos Aires, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2007.

PINTO, Antonio C. & MARTINHO, Francisco C. Palomanes. **O passado que não passa:** a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

PIROLA, Juliana. **“O peso do passado: currículos e narrativas no ensino de história das ditaduras de segurança nacional em São Paulo e Buenos Aires.”** Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2015.

QUADRAT, Samantha Viz & ROLLEMBERG, Denise (org.). **História e memória das ditaduras do século XX.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, H. Ditadura Militar (1964-1985) nas narrativas didáticas brasileiras. **Revista Espacio.** Tiempo y Educación, Salamanca, v. 2, n. 1, p. 97-120, enero-junio 2015.

SAFATLE, Vladimir & TELES, Edson (orgs.). **O que resta da ditadura.** São Paulo: Boitempo, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.

SCHMIDT, M. A.; ABUD, K. (orgs.). **50 anos da Ditadura Militar:** Capítulos sobre o ensino de história no Brasil. Curitiba: W&A Editores, 2014.

SILVEIRA, M. **Escolas, ensino de História e identidades em tempos de Ditadura Militar.** Tese (Doutorado em História). 2009. 318f. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

As possibilidades de imbricamento entre as dimensões ensino, pesquisa e extensão são um desafio nas universidades brasileiras para o século XXI. As demandas da sociedade civil, dos projetos governamentais, dos (as) estudantes e das inserções acadêmicas docentes tensionam o espaço universitário gerando novas possibilidades e também desafios para a integração dessas três dimensões da universidade. Nesse sentido, o curso de História da UNESPAR, *campus* de Campo Mourão se constitui enquanto espaço privilegiado para que a pesquisa e a extensão possam se construir numa relação enriquecedora do ensino, seja na própria universidade, seja em seus desdobramentos por meio da inserção de estudantes no mercado de trabalho, bem como nas relações entre a instituição e a comunidade local. Esse é um dos motivos pelos quais o corpo docente, juntamente com estudantes, tem elaborado e desenvolvido projetos de pesquisa e extensão que busquem contemplar, a partir de diferentes abordagens, problemáticas que permeiam a formação docente e a relação ensino/aprendizagem nas universidades e nas redes de ensino escolar.

Um primeiro conjunto de pesquisas tem como objeto privilegiado as vivências universitárias enquanto dimensão constitutiva da experiência social. Assim, questões específicas desse momento, como projetos de vida, desafios da experiência universitária, subjetividades juvenis, são foco de olhares em diferentes projetos de pesquisa. Dessa forma, o processo de formação não é visto no interior do curso apenas a partir de percepções individuais ou interpretações pré-concebidas sobre a trajetória acadêmica dos (as) graduandos (as). Pensa-se na graduação e na experiência discente como elemento formativo da subjetividade humana, enquanto desafios que ultrapassam os limites da academia. Essas pesquisas contribuem para o enriquecimento da relação entre docentes e estudantes, bem como para uma compreensão mais aprofundada das relações ensino/aprendizagem que se estabelecem ou se desejam no curso.

Um segundo grupo de preocupações do corpo docente do curso de História da UNESPAR, *campus* de Campo Mourão tem sido a constituição da relação ensino/aprendizagem nas escolas mediante proposição ou problematização de ferramentas didáticas. Por um lado, tem-se buscado pensar os mecanismos tradicionais de aprendizado escolar, em especial o material didático, a legislação e orientações do sistema de ensino, etc. Por outro, busca-se pensar outras possibilidades metodológicas, incorporando novas tecnologias no ensino, bem como problematizando formas tradicionais e contemporâneas de construção da memória social. Essas pesquisas possuem como potencial a incorporação do conhecimento adquirido na sala de aula, permitindo avanços na aprendizagem universitária que podem reverberar na formação e atuação de futuros (as) professores (as).

Um terceiro conjunto de trabalhos tem tomado por foco a região na qual se localiza nosso curso de História enquanto espaço de historicidades múltiplas a serem problematizadas. Assim, as pesquisas têm se focado, especialmente, no século XX, problematizando a experiência de colonização, processos políticos que se desenvolvem em torno do poder público regional, e a construção da memória local através do poder público regional. O conhecimento desenvolvido a partir dessas pesquisas tem reforçado a compreensão da História regional e da História do Paraná, contribuindo para o enriquecimento dessas questões em sala de aula, seja na universidade, seja mediante sua incorporação em materiais didáticos e na formação de futuros (as) professores (as) que atuarão nas escolas.

8. CORPO DOCENTE

COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO

Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Jorge Pagliarini Junior	Graduação/Licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, (2004).	Mestrado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, (2009). Doutorado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, (2015).	10 Horas	Regime de Trabalho T- 40 TIDE

PROFESSORES EFETIVOS

Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Astor Weber	Graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, (1998).	Mestrado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, (2002).	T_40 TIDE
Bruno Flávio Lontra Fagundes	Graduação em História/Bacharelado (1987) e Licenciatura (1988) pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.	Mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, (2000). Doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, (2010). Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, (2018).	T-40 TIDE
Carlos Nilton Poyer	Graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC (1986).	Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, (2013).	T-40 TIDE
Cyntia Simioni França	Graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina (1980).	Mestrado em História Social pela Universidade Estadual de Londrina, UEL (2009). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, (2015).	T-40 TIDE

Fábio André Hahn	Graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, (2000).	Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense, UFF, (2003). Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, (2009). Pós-Doutorado, Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO, (2018).	T- 40 TIDE
Frank Antonio Mezzomo	Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, (1996).	Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, (2000). Doutorado em História Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, (2009).	T- 40 TIDE
Jorge Pagliarini Junior	Graduação/Licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, (2004).	Mestrado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, (2009). Doutorado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, (2015).	T- 40 TIDE
Ricardo Marques de Mello	Graduação em História (licenciatura e bacharelado) na Universidade Estadual de Londrina, UEL, (2006).	Mestrado em História pela Universidade de Brasília, UnB, (2008). Doutorado em História pela Universidade de Brasília, UnB, (2012).	T-40 TIDE
PROFESSORES CRES	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho

Adaiane Giovanni	Graduação em Relações Internacionais pela Faculdade Integrado de Campo Mourão, CEI, Brasil, (2008). Graduação em História. Universidade Estadual do Paraná UNEPAR, (2016).	Especialização em História e Humanidades. (Carga Horária: 420h). Universidade Estadual de Maringá, UEM, (2011) Mestrado em Programa Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR, (2016).	T-40
Carlos Alberto Nogueira Diniz	Graduação em História. Universidade Estadual de Londrina, UEL, (2007)	Mestrado em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, (2005). Doutorado em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP (2018)	T-20
José Antônio Gonçalvez Caetano	Graduação em História (Licenciatura Plena) pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP, (2012),	Especialista em História, pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP, (2015). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina, UEM, (2015).	

Kevin Silva Santos Conceição	Graduação em licenciatura em história pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, (2014).	Mestrado em História pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, (2017).	T-20
Lincoln D' Avila Ferreira	Graduação em licenciatura em história pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, (2004).	Especialização em História e Sociedade pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, (2011). Mestrado em História pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, (2013).	T-40
Wellington Bernardelli Silva Filho	Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá, UEM, (2010).	Mestrado em História. Universidade Estadual de Maringá, UEM, (2010). Doutorado em História e Filosofia das Ciências. Universidade de Lisboa, UL, (2017).	T-40

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

Graduados: 0
 Especialistas:0
 Mestres:6
 Doutores:7

9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Docentes: Astor Weber, Bruno Flávio Lontra Fagundes, Carlos Nilton Poyer, Fábio André Hahn, Ricardo Marques de Mello, Jorge Pagliarini Junior.

10. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

- Laboratório de Ensino de História LEHIS: conta com acervo de livros didáticos voltados ao Ensino Básico; mesa, cadeira, computador desktop e impressora.
- A sala de docentes conta com os seguintes equipamentos: mesas, cadeiras, armários, impressora e 4 datashows;
- A sala da coordenação conta com os seguintes equipamentos: condicionador de ar, mesa, cadeira, armários, notebook, impressora.
- A sala de atendimento aos (às) estudantes conta com os seguintes equipamentos: condicionador de ar, mesas, cadeiras, computador desktop e impressora;
- As condições de acessibilidade destes espaços permitem o acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE).

11. REFERÊNCIAS

BRASIL. Plano Nacional da Educação (PNE) 2001-2011. Brasília- Senado Federal, Unesco, 2001. 186p.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Brasília-Senado Federal, Unesco, 2014.

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária, 2012. Forum de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX). Manaus, 2012.

Disponível

em:<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20FORPROEX-%202012.pdf>. Acesso em: 10/10 de 2017.

BRASIL. Parecer CNE/CES 492/2001, de 03.04.2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.** Brasília, 2001. 38 p. Disponível em: { HYPERLINK "http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf" \h }

FORPROEX. Política nacional de extensão universitária. Manaus: FORPROEX, 2012. 40 fls. Disponível em { HYPERLINK "http://www.renex.org.br/" \h }

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2001.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. As Escolas Históricas. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.

BURKE, Peter. A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CASTANHO, Sérgio. Ainda avaliar? In: **CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia.** (Orgs). **O que há de novo na Educação Superior: do projeto pedagógico à prática transformadora.** Campinas: Papyrus, 2004.

CERTEAU, Michel De. A operação histórica. In: **Le GOFF, J.; NORA, P.** **História: novos problemas.** – Rio de Janeiro: Francisco Alves, v. 3. 1995. p. 17-48.

CHAVES, Sandramara M. A avaliação da aprendizagem no ensino superior. In: **MOROSINI, M.** (Org.). **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação.** Brasília: Editora Plano, 2001.

CONAES. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília: MEC/Inep, 2004. Disponível em:< { HYPERLINK "http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Diretrizes_Avaliacao_IES.pdf" \h }>. Acesso em: 10/01/2018.

DE SORDI, Mara Regina Lemes. Alternativas propositivas no campo da avaliação: por quê não? In: **CASTANHO, Sérgio e CASTANHO, Maria Eugênia L. M.** (Orgs.). **Temas e textos em Metodologia do Ensino Superior.** Campinas, SP: Papyrus, 2001.

DOSSE, François; DELACROIX, Christian; GARCIA, Patrick. **As Correntes Histórias na França: séculos XIX e XX.** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. A universidade e a formação de professores. Uma discussão necessária. In: SOUZA, João Valdir A de; DINIZ, Margareth; OLIVEIRA, Míria Gomes de. (Orgs.). **Formação de professores (as) e condição docente**. BH: Editora UFMG, 2014. p. 90-100.

GOMES, Carlos; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROUO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 2 ed. São Paulo, 1989, 2ed. 92p.

GUIMARÃES, Manoel Luiz S. Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos: caminhos da historiografia**. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, n.1, 1988. p. 05-27.

IMPERATORE; Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge Luis Ribeiro. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: **XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU- Desafios da Gestão Universitária no Século XXI Mar del Plata – Argentina 2, 3 e 4 de dezembro de 2015**.

KOSELLECK, Reinhart et al. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LIMA E FONSECA, Thais Nivea de. **História & Ensino de História**. 3ª ed. BH: Editora Autêntica, 2011.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2006. 180 p.

MARTINS, Estevão R. Veritas filia temporis? O conhecimento histórico e a distinção entre filosofia e teoria da história. **Síntese: Rev. de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 36, n. 114, p. 5-25, jan./abr. 2009.

MARTINS, Estevão R. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAÚJO, Valdei. [et al]. **A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 15-48.

MEZZOMO, Frank Antonio; SATIÊ, Cristina de Oliveira. Formação de professores na mesorregião Centro Ocidental do Paraná: perfil dos ingressantes nos cursos de licenciatura da Unespar/ Campo Mourão. **Educativa**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 95-114, jan./jun. 2013.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Franca: EDUSC, 2004.

NEVES, Alana Aparecida das; NEVES, Isabel Cristina. **Avaliação da aprendizagem: concepções e práticas de formadores de professores**. Editora Unicentro, 2008. 206 p.

PARANÁ. Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). **Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2016)**, 2011. Disponível em: { HYPERLINK "http://www.UNESPAR.edu.br/institucional/PDI_UNESPAR_final.pdf" \h }

PLANO DE DESENVOLVIMNTO INSTITUCIOANL (PDI). UNESPAR (2012-2016). UNESPAR, 2011. Disponível em:< file:///C:/Users/Usuario/Downloads/PDI_UNESPAR_final.pdf>. Acesso em: 20/01/2018.

PERRENOUD, P. **Avaliação da excelência**: a regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL (PPI). UNESPAR, 2012. Disponível em:< { HYPERLINK "http://www.UNESPAR.edu.br/a_UNESPAR/institucional/documentos_institucionais/projeto-" \h } politico-institucional-2012>. Acesso em 20/01/2018.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RÜSEN, J.; et al. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SANTOS, João Henrique de S; ROCHA, Bianca F.; PASSAGLIO, Katia T. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**. FORPROEX, v.7, n.1, p.23-28, jan.junho 2016.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2013.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior Brasileira. Comissão Especial de Avaliação: Brasília, 2004. Disponível em<< { HYPERLINK "http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Roteiro%2Bde%2Bauto-" \h } avalia%C3%A7%C3%A3o+institucional+orienta%C3%A7%C3%B5es+gerais+2004/55b435d4-c994-4af8-b73d-11acd4bd4bd0?version=1.2>. Acesso em: 10/01/2018.

SINAES. Roteiro de auto avaliação institucional 2004. Brasília: MEC/Inep, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 8. ed. Petrópolis -RJ: Vozes, 2007. 325 p.

VASCONCELOS, Maria Lúcia M. C. **A formação do professor de Ensino Superior**. São Paulo: Pioneira, 2000.

12. ANEXOS:

12.1 REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DA LICENCIATURA HISTÓRIA

Capítulo I

Da Constituição, Finalidade e Caracterização

Art. 1º - Em consonância com as Diretrizes Curriculares do Curso de História e com o Regimento da UNESPAR, *campus* de Campo Mourão, o presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com as disciplinas curriculares de Estágio Curricular Supervisionado.

Parágrafo Único – Conforme art.48 do Regimento Geral da UNESPAR, que define disciplina, o Estágio Curricular Supervisionado em História compreende 4 (quatro) disciplinas:

- a) Estágio Curricular Supervisionado em História I.
- b) Estágio Curricular Supervisionado em História II.
- c) Estágio Curricular Supervisionado em História III.
- d) Estágio Curricular Supervisionado em História IV.

Art. 2º - Para os fins do disposto neste Regulamento, consideram-se Estágios as atividades programadas (planejamento, observação e intervenção), orientadas e avaliadas. Para realização das atividades programadas os (as) discentes precisam estar oficialmente matriculados (as) nas disciplinas indicadas no artigo anterior.

Art. 3º - O Estágio Supervisionado visa:

- a) Introduzir o(a) discente estagiário(a) no contexto profissional específico, por meio de atividades práticas em instituições de Ensino Fundamental e Médio, bem como em espaços não-usuais e não formais de aprendizado, experiência e intervenção educativa, desde que articuladas a atividades programadas firmadas com aquelas instituições;
- b) Capacitar o(a) discente estagiário(a) na execução de atividades práticas em sala de aula e/ou em espaços de aprendizado, experiência e intervenção, dentro ou fora da escola, desde que articuladas a atividades programadas firmadas com a mesma;
- c) Desenvolver o aspecto integrador do ensino, com vista à consolidação do caráter interdisciplinar próprio da prática docente e das práticas educativas;
- d) Desenvolver habilidades e responsabilidades profissionais no exercício da docência e da educação histórica;
- e) Contribuir para formação humana e ética do futuro docente.

Capítulo II

Disposições Preliminares

Art. 4º - A disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em História contará com uma carga horária obrigatória de 400 (quatrocentas) horas, sendo distribuída da seguinte forma: Estágio Curricular Supervisionado em História I com 100 (cem) horas no quinto semestre letivo; Estágio Curricular Supervisionado em História II com 100 (cem) horas no sexto semestre letivo; Estágio Curricular Supervisionado em História III com 100 (cem) horas no sétimo semestre letivo

e Estágio Curricular Supervisionado em História IV com 100 (cem) horas no oitavo semestre letivo.

Art. 5º - O Estágio Curricular Supervisionado no curso de História é obrigatório para discentes matriculados (as) no quinto, sexto, sétimo e oitavo semestre letivo, nas disciplinas de Ensino de História I, II, III e IV, devendo ser cumprido nas escolas de Ensino Fundamental e Médio da rede pública e/ou privada.

Art. 6º - O período para a realização do Estágio Curricular Supervisionado deverá acompanhar o calendário escolar da instituição onde se realizarão os estágios.

Art. 7º - O Estágio Curricular Supervisionado será realizado em períodos fora do horário da oferta do Curso ou em horários em que não esteja matriculado(a) em nenhuma disciplina.

Capítulo III

Das atividades

Art. 8º - O acompanhamento das atividades de estágio deverá ser feito de maneira contínua e permanente no Ensino Fundamental e Médio.

I – Entende-se por intervenção pedagógica:

a) Atividade educativa com intenção de formação desenvolvida na escola, em sala de aula e/ou em outros espaços da escola;

b) Atividade educativa com intenção de formação desenvolvida fora do ambiente escolar, com a condição de ser articulada com a escola, com seus agentes e com instituições não- escolares de educação.

II – O acompanhamento das atividades de estágio será registrado na ficha de execução anexa.

III – A ficha de execução tem 2 (dois) modelos, nos quais serão registrados os encontros com o (a) orientador (a) e as ações realizadas na escola e/ou em outros espaços de formação.

Art. 9º - O planejamento das atividades referentes ao Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado no início do ano letivo, sob responsabilidade do (a) docente orientador (a), juntamente com a Coordenação de Estágio.

Art. 10º - As atividades e distribuição da carga horária propostas para o Estágio Curricular Supervisionado são:

I – No 5º semestre, o Estágio Curricular Supervisionado em História I terá 100 (cem) horas, que compreendem:

a) Contato e observação da realidade escolar;

b) Inserção nas atividades escolares;

c) Observação das aulas no Ensino Fundamental II;

d) Produção de relatório parcial e preparação da intervenção pedagógica supervisionada (Regência) no Ensino Fundamental II.

II – No 6º semestre, o Estágio Curricular Supervisionado em História II terá 100 (cem) horas, que compreendem:

- a) Inserção nas atividades escolares;
- b) Intervenção pedagógica supervisionada no Ensino Fundamental II;
- c) Produção de Relatório Final.

III – No 7º semestre, o Estágio Curricular Supervisionado em História III terá 100 (cem) horas, que compreendem:

- a) Contato e observação da realidade escolar;
- b) Inserção nas atividades escolares;
- c) Observação das aulas no Ensino Médio;
- d) Produção de relatório parcial e preparação da intervenção pedagógica supervisionada (Regência) no Ensino Médio.

IV – No 8º semestre, o Estágio Curricular Supervisionado em História IV terá 100 (cem) horas, que compreendem:

- a) Inserção nas atividades escolares;
- b) Intervenção pedagógica supervisionada (Regência) no Ensino Médio;
- c) Produção de Relatório Final.

Art.11. Das atividades de estágio no 5º, 6º, 7º e 8º semestre, para fins de participação, a totalização das 100 horas será computada como somatório de horas de encontros com orientador (a), planejamento e ações de observação e intervenção na Escola.

Parágrafo Único – A fim de não ser reprovado por faltas, o (a) estagiário(a) terá de cumprir o mínimo 75% de presença em horas, composto por encontros com orientador (a), e atividades referentes à escola (planejamento, observação e intervenção). O número de horas será registrado pelo (a) estagiário (a) na ficha de execução e confirmado pelo (a) docente orientador (a).

Capítulo IV

Das Competências

Seção I

Do (a) discente estagiário(a)

Art. 12 - Compete ao (à) discente estagiário (a):

- I – Observar as disposições deste regulamento, do Regimento Geral da UNESPAR, bem como as normas das instituições em que o Estágio será realizado;
- II – Comparecer ao Estágio Curricular Supervisionado assídua e pontualmente, de acordo com o cronograma estabelecido com o (a) docente orientador (a);
- III – Manter a interação com docentes da área, observando os princípios da ética profissional;
- IV – Zelar pela manutenção dos materiais, equipamentos e instrumentos utilizados no estágio;
- V - Comparecer a todas as reuniões e discussões programadas durante o estágio ou quando for individualmente convocado (a);
- VI – Cumprir as atividades propostas para o desenvolvimento do estágio;
- VII – Planejar as atividades de estágio que serão realizadas dentro da instituição concedente e submetê-las a aprovação do (a) docente orientador (a) antes da aplicação das mesmas nos locais de estágios;
- VIII – Observar o uso de vestimenta adequada e higiene pessoal;
- IX – Caso haja necessidade de faltar às atividades referentes ao estágio, o (a) estagiário(a) deverá avisar com antecedência o (a) docente orientador (a), bem como o (a) responsável pela Instituição concedente, encaminhando uma justificativa via protocolo geral do *campus* à coordenação de estágio em prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas do ocorrido.
- X – Apresentar, conforme apontado anteriormente, a ficha de execução de estágio regularmente preenchida a cada encontro com o (a) docente orientador (a), requisitando-lhe endosso da atividade registrada.

Seção II

Do (a) Docente Orientador (a)

Art. 13 - Compete ao (à) docente orientador (a):

- I – Observar as disposições deste regulamento, do Regimento Geral da UNESPAR, bem como conhecer as normas das instituições que se constituem em campo de estágio;
- II – Planejar, supervisionar e orientar a execução das tarefas a serem desenvolvidas pelo (a) discente orientado (a), conforme as normas dessa instituição, da escola ou instituição em que o (a) discente estará estagiando;
- III - Controlar a assiduidade e a pontualidade do (a) discente estagiário (a) de acordo com o cronograma de trabalho, verificada a ficha de execução do estágio;
- IV - Conceder dispensa ao (à) discente estagiário (a) somente em casos previstos em lei, devendo registrar o ocorrido e, em casos especiais, encaminhar o pedido de dispensa à Coordenação do curso para apreciação;

V – Fornecer subsídios historiográfico, didático e teórico-metodológicos para o bom desempenho do (a) discente estagiário (a);

VI – Assistir, presencialmente, no mínimo, uma intervenção na sala de aula discente em estágio;

VII – Participar de reuniões sobre o Estágio Curricular Supervisionado do curso quando convocado pela Coordenação de estágio.

Seção III

Da Coordenação de Estágio

Art. 14 - Para coordenação das atividades relacionadas ao estágio previstas neste Regulamento, a Coordenação do Colegiado nomeará, após a aprovação do Colegiado do Curso, uma Coordenação de Estágio para exercer a função por período definido conforme as normas vigentes da instituição.

§ 1º - A Coordenação de Estágio será indicada entre o corpo docente em atividade no Colegiado de Curso, preferencialmente o (a) docente que: seja concursado (a) na área; esteja lecionando uma das disciplinas de Ensino de História.

§ 2º - Compete à Coordenação de Estágio:

a) Coordenar a elaboração das instruções para a produção do Relatório de Estágio, conforme Regulamento de Estágio do Curso e submetê-las à aprovação do Colegiado de Curso;

b) Estabelecer contatos com os (as) dirigentes das instituições ou escolas que oferecem vagas para realização de estágio;

c) Encaminhar à Coordenação de curso o nome de docentes orientadores (as) de estágio, para a competente nomeação;

d) Encaminhar, juntamente com o (a) docente orientador (a) de estágio, as soluções para os problemas que possam impedir o início, o andamento ou a conclusão do estágio;

e) Realizar reuniões com a Coordenação do Colegiado e com os (as) docentes orientadores (as) para avaliação de desempenho dos (as) discentes estagiários (as), quando solicitado;

f) Definir em conjunto com docentes orientadores (as), a data para a entrega do relatório parcial e do relatório final do estágio e remeter à Coordenação de curso o resultado final da avaliação de estágio concluído pelos (as) discentes.

g) Tratar dos assuntos relacionados ao estágio, junto ao Colegiado do Curso e/ou Coordenação Geral de Estágio da UNESPAR quando necessário.

Seção IV

Da Coordenação do Curso

Art. 15 - Compete à Coordenação do curso:

I – Nomear, com aprovação do Colegiado do Curso, a Coordenação de Estágio para exercer a função por período definido.

II – Auxiliar na resolução de problemas oriundos de estágio, relacionados com docentes orientadores (as), instituições e discentes estagiários (as).

Seção V

Do Encaminhamento

Art. 16 - O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser realizado em instituições de ensino públicas (esferas Federal, Estadual e Municipal) e particulares, e será realizado sob a orientação de um(a) docente, compreendendo o seguinte encaminhamento:

I- Planejamento:

- a) Análise teórico-metodológica;
- b) Discussão do Projeto de intervenção com o (a) docente orientador (a);
- b) Roteiro e/ou Plano de Aula da intervenção pedagógica.

II- Execução

- a) Observação, participação e realização do Estágio no Ensino Fundamental e Médio.

III- Relatórios:

- a) Avaliação e reflexão prática;
- b) Relatórios parciais das Atividades de Estágio Curricular Supervisionado I e III.
- b) Relatórios finais das Atividades de Estágio Curricular Supervisionado II e IV.

Capítulo V

Seção VI

Da Conclusão do Estágio

Art. 17 - A conclusão do Estágio Curricular Supervisionado dar-se-á com o cômputo da presença do (a) discente às atividades regulares em 100% e com a obtenção de 70% de aproveitamento de média final com relação às atividades bimestrais programadas.

Art. 18 - As avaliações e relatórios no decorrer de cada semestre devem conter todas as informações que permitam ao (à) docente orientador (a) avaliar o rendimento alcançado pelo (a) discente no decorrer do estágio.

Art. 19 - Os relatórios de que trata o presente regulamento deverão ser preenchidos em formulário próprio, definido previamente pelo Colegiado de curso.

Seção VII

Da Avaliação Final do Rendimento do (a) Estagiário (a)

Art. 20 - A avaliação será contínua e cumulativa.

I- Serão mencionadas notas de 0 (zero) a 10 (dez).

II- As notas serão atribuídas pelo (a) orientador (a), a cada bimestre, assim distribuídas:

a – 1º bimestre - avaliação a critério do (a) orientador (a), com base nas atividades desenvolvidas pelo estagiário (a);

b – 2º bimestre – avaliação de relatório parcial e/ou final.

III – A nota mínima para aprovação no Estágio Supervisionado é 7,0 (sete).

Art. 21 – Em conformidade com o art.76, & 3º, 4º e 5º, do Regimento Geral da UNESPAR, fica assegurado ao (à) discente o direito de requerer do Colegiado de Curso, no prazo de até 3 (três) dias úteis após a publicação dos resultados em edital, revisão de sua nota final, não cabendo revisão de desempenho acadêmico.

I – O (a) docente fará revisão do relatório e demais documentos que comprovam a realização do estágio na presença do (a) discente em dia e hora marcados pelo (a) docente orientador (a), num prazo de até 7 (sete) dias de recebimento do requerimento.

a - Tal procedimento será feito sob mediação da Coordenação do Curso e/ou da Coordenação de Estágio, ou por docente devidamente designado por uma daquelas coordenações;

b – Durante este procedimento, dar-se-á a palavra ao (à) docente orientador (a) e em seguida ao (à) estagiário para que cada um (a), a seu momento, possa expor seus posicionamentos sem interferência de qualquer parte;

II – Se o (a) discente não concordar com a revisão feita pelo (a) orientador (a), no prazo de até 3 (três) dias úteis após a publicação dos resultados em edital requerer nova revisão, a coordenação do Colegiado do Curso designará banca revisora para efetuar nova revisão, que deverá ser feita na presença do (a) discente.

a – A referida banca revisora será composta de 2 (dois) docentes: sendo a Coordenação de Estágio, ou alguém por ele designado, vedada a presença do docente orientador.

b – Durante as atividades da banca, ao (a) estagiário (a) é franqueada a palavra para que exponha seus argumentos sobre a pertinência da aprovação, ao que se seguirá arguição e/ou questionamento da parte dos membros da banca revisora.

c – Em até 48 horas úteis, cabe à Coordenação de Estágio, ou a docente designado (a), entregar à Secretaria Acadêmica o resultado da banca examinadora, disponibilizando ao (à) estagiário (a).

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 22 - Este regulamento está sujeito às demais normas existentes na UNESPAR, bem como poderá sofrer alterações quando ocorrerem modificações em sua legislação interna.

Art. 23 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso, respeitando-se a hierarquia institucional definida pelo Regimento da UNESPAR.

11. 2. REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES - AACCS

O Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares está em conformidade com a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 - CNE/CP, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica.

O artigo 12, inciso III, da Resolução trata do núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular que compreendem participação em:

“a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social” (BRASIL, 2015, p.10-11).

O artigo 13, inciso IV, da Resolução estipula o cumprimento, durante o curso, de “200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos(as) estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição” (BRASIL, 2015, p.11).

CAPÍTULO I

Da Finalidade

Art.1º As atividades acadêmicas complementares totalizarão 200 horas, as quais poderão ser cumpridas no decorrer do curso, mediante a realização e comprovação de atividades de ensino, pesquisa, extensão e artístico-culturais.

Art.2º As atividades acadêmicas complementares têm como objetivos:

I- integrar os núcleos de estudos que compõem a matriz curricular do curso, promovendo o enriquecimento à formação docente e assegurando novos conhecimentos, experiências e conexões com a realidade social;

II- Contribuir para a ampliação do diálogo interdisciplinar;

III - Fortalecer a articulação entre teoria e prática na formação acadêmica;

IV – Estimular a participação em programas de iniciação científica, iniciação à docência, programas de extensão e cultura;

V- Incentivar a participação em eventos científicos a fim de desenvolver a interlocução, debate acadêmico, contato com novos conhecimentos e experiências acadêmicas.

Art. 3º São consideradas atividades acadêmicas complementares aquelas desenvolvidas de acordo com o presente Regulamento, por meio de:

I – execução/desenvolvimento de projetos de iniciação científica, iniciação à docência, projetos de extensão e cultura; projetos de monitoria acadêmica;

II- experiência profissional na área/substituição de profissional no ensino básico;

III - residência/estágio não-obrigatório em instituições educativas (escolas, museus, arquivos, laboratórios etc) e atividades práticas articuladas aos sistemas de ensino e utilização de recursos pedagógicos;

IV- participação em programas/projetos de mobilidade estudantil, intercâmbio e atividades similares;

V- participação como membro em grupos de estudo e pesquisa credenciados;

VI – participação como ouvinte em eventos científicos (congressos, seminários, jornadas, simpósios, palestras, conferências, etc.);

VII- apresentação de trabalhos em eventos científicos (comunicação, pôster, etc.);

VIII- organização e realização de oficinas e minicursos, na área ou áreas afins;

IX – publicação em anais de eventos: resumos; resumos expandidos; trabalhos completos;

X – publicação de artigos em revistas; capítulos de livros ou livros;

XI- atividades desportivas; atividades em programas de voluntariado; atividades artístico-culturais;

XII – Visitas técnicas/viagens de campo;

XIII – participação como ouvinte em minicursos; oficinas; grupos de estudos orientados e cursos da área e áreas afins;

XIV – participação na comissão organizadora ou monitoria em eventos acadêmicos da área ou áreas afins;

XV - Outras atividades e estudos independentes, a juízo da Comissão de Avaliação das AACs.

CAPÍTULO II

Critérios de Aproveitamento das Atividades

Art. 4º As Atividades Acadêmicas Complementares a serem computadas a partir do ingresso no curso, serão avaliadas segundo a participação efetiva nas atividades constantes nos artigos 3º, 4º e 5º deste Regulamento, conforme o critério de carga horária abaixo:

Modalidade da atividade		Tipo de atividades	Carga Horária máxima durante o curso por modalidade
A	Execução/desenvolvimento de projetos	- Projetos de iniciação científica; iniciação à docência; projetos de extensão e cultura; projetos de monitoria acadêmica;	40 h por projeto concluído; (Máximo de 4 projetos durante o curso).
B	Experiência profissional	- Experiência profissional na área/substituição de profissional no ensino básico;	40 horas
C	Residência/estágio não-obrigatório	-Residência/estágio não-obrigatório em instituições educativas (museus, arquivos, laboratórios etc); - Atividades práticas articuladas aos sistemas de ensino e utilização de recursos pedagógicos.	40 horas
D	Participação em programas de mobilidade/intercâmbio nacional e/ou internacional	- Mobilidade estudantil; - Intercâmbio estudantil; - Atividades similares.	40 horas por projeto concluído; (Máximo de 2 projetos durante o curso).
E	Grupos de estudo e pesquisa credenciados	Participação como membro em grupos de estudo e pesquisa credenciados;	40 horas
F	Ouvinte/frequência em eventos científicos da área	Participação em congressos, seminários, palestras, conferências, jornadas, simpósios, etc;	100 horas

G	Apresentação de trabalhos em eventos científicos da área ou áreas afins	Comunicação, pôster, etc;	50 horas (2 horas por cada apresentação);
H	Organização e realização de cursos na área ou áreas afins	Ministrar oficinas, minicursos; palestras; exposições, etc.	50 horas
I	Publicação em anais de eventos científicos	Resumos; resumos expandidos; trabalhos completos.	60 horas (2 horas por cada resumo); (5 horas por cada resumo expandido); (10 horas por cada trabalho completo);
J	Publicações em revistas e/ou livros	Artigos em revistas; capítulos de livros ou livros.	60 horas (10 horas por artigo e/ou capítulo); (60 horas por livro);
K	Atividades desportivas	Prática de esportes individuais; natação; musculação; campeonatos e esportes coletivos como basquetebol; handebol; voleibol; futsal; futebol. Caminhadas da natureza; Corridas; etc.	20 horas (5 horas por ano)
L	Atividades em programas de voluntariado	Participação efetiva em Diretórios Acadêmicos; Entidades de Classe; Pastorais; Organizações não Governamentais; Atividades Comunitárias; Justiça Eleitoral; Associações de Bairros; Brigadas de incêndio; Campanhas de doação de Sangue.	20 horas (05 horas por ano)
M	Atividades artístico-culturais	Participação efetiva em apresentações musicais, dança, teatro, cinema, desfiles municipais.	20 horas (05 horas por ano)

N	Visitas técnicas/viagens de campo	Quando não fizerem parte da matriz curricular/programa da disciplina; Visita orientada por docente.	10 horas por visita/viagem
O	Ouvinte/frequência em cursos específicos da área ou áreas afins;	Participação em minicursos; oficinas; grupos de estudos orientados; Cursos de língua estrangeira;	60 horas
P	Comissões organizadoras de eventos acadêmicos da área ou áreas afins	- Participação na comissão organizadora; - Monitoria em eventos.	60 horas

Art. 5º Para efeito deste Regulamento podem ser considerados como modalidades e tipos de atividades acadêmicas complementares, os ofertados em caráter extracurricular:

I - Pelo próprio curso em que o (a) discente está regularmente matriculado (a):

II - Por outros cursos da Instituição;

III - Por cursos de outras Instituições.

Parágrafo único. Os critérios para aproveitamento dos cursos referentes aos itens I, II e III estão estabelecidos no artigo 4º deste Regulamento que consta no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Art. 6º São considerados eventos as atividades referentes a palestras, seminários, congressos, debates, simpósios, conferências, encontros, jornadas e outros similares.

Art. 7º A participação em viagens de estudos deve ser submetida à prévia aprovação do Colegiado de Curso, que observará a pertinência e a relevância da atividade proposta para a formação discente.

Art. 8º As atividades acadêmicas complementares poderão ser organizadas por iniciativa de órgãos da UNESPAR, ou oferecidas por outras instituições e empresas.

Art. 9º Para o(a) discente que ingressar por transferência, as disciplinas já cursadas e não aproveitadas, poderão ser consideradas para o cumprimento da carga horária das atividades acadêmicas complementares, até o máximo de 50 horas.

Art. 10 A solicitação de aproveitamento de atividades acadêmicas complementares deverá ser formalizada via Protocolo, mediante requerimento da pessoa interessada, com documentação comprobatória, e encaminhada à Comissão de Avaliação das AACs ou à Coordenação do curso. Após a contagem da carga horária pela Comissão, a Coordenação do curso registrará o total obtido por cada discente na Secretaria Acadêmica.

CAPÍTULO III

Da Comissão de Avaliação/ Coordenação de curso

Art. 11 A Comissão de Avaliação das AACs será composta por no mínimo 3 docentes do curso, podendo fazer parte da mesma a Coordenação do curso.

Art. 12 Compete à Comissão de Avaliação e à Coordenação de Curso, em relação às Atividades Acadêmicas Complementares:

- I. Exercer, em cooperação com a Secretaria Acadêmica e docentes das disciplinas envolvidas, as atividades de acompanhamento, controle e supervisão das participações discentes nas modalidades das AACs;
- II. Apreciar o mérito, emitindo parecer sobre o aproveitamento de atividades propostas pelo corpo discente;
- III. Estabelecer contatos e negociações com instituições e empresas de direito público e privado, com vistas ao encaminhamento para convênios ou estabelecer parcerias que possibilitem maior interação do curso com a comunidade externa;
- IV. Enviar à Secretaria Acadêmica os créditos obtidos por cada discente no desempenho das atividades complementares;
- V. Divulgar atividades e eventos quando for o caso;
- VI. Encaminhar publicações decorrentes das atividades acadêmicas complementares.

Art. 13. É da competência da Comissão de Avaliação e da Coordenação do Curso a apreciação do mérito da solicitação, por meio de parecer entregue à Secretaria Acadêmica, em prazos previamente estabelecidos.

Art. 14. Em caso de indeferimento, caberá recurso ao Colegiado de Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação do resultado em edital.

Capítulo IV

Das Disposições Gerais

Art. 15. O(a) acadêmico(a), ao término do curso, deverá ter cumprido 200 (duzentas) horas de atividades acadêmicas complementares, conforme disposto nos artigos deste Regulamento.

Art. 16. O não cumprimento das atividades acadêmicas complementares implicará na não promoção do/a discente, e na conseqüente retenção do diploma do/a formando/a.

Art. 17. Os casos omissos neste Regulamento serão julgados pela Comissão de Avaliação e/ou pelo Colegiado de Curso e, em última instância, pelo Conselho de Centro de Área.

11.3. REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE ENSINO EM HISTÓRIA – LEHIS

O Laboratório de Ensino em História – LEHIS criado no ano de 2014 pelo Colegiado de Curso, mediante Regulamento Próprio (Resolução N°. 008/2014 – CDO de 06 de novembro de 2014). É um espaço em que os (as) alunos (as) do curso de História da UNESPAR, *campus* de Campo Mourão, desenvolvem projetos referentes à metodologia de ensino, preparando, entre outras atividades, as intervenções que serão realizadas nos estágios supervisionados em História I e II, assim como no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência). É um ambiente que permite a troca de experiências e intercâmbio de ideias, fomentando o debate acerca da prática docente no campo do ensino de História. O espaço conta com livros didáticos, dissertações e teses que auxiliam os (as) estudantes nas atividades referentes à docência.

O LEHIS é utilizado para a produção de material didático-pedagógico para os colégios, aulas teóricas e práticas com os (as) alunos da Graduação, reuniões pedagógicas, reuniões do PIBID e reuniões com professores (as) do Ensino Básico. No laboratório há disponibilidade de vários materiais para a pesquisa como computadores, acesso a internet, livros, dissertações, teses e outros. Novos materiais são constantemente agregados para ser disponibilizados e utilizados nas pesquisas feitas pelo corpo discente do curso. Nesse espaço também são feitas atividades de extensão principalmente com estudantes do Ensino Básico e comunidade local que ao visitar o LEHIS conhecem a sua estrutura, o seu funcionamento, são tratadas problemáticas referentes ao conhecimento histórico e produção de material didático-pedagógico. O objetivo do LEHIS é que esse espaço possa ser utilizado para o desenvolvimento integrativo entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A proposta do LEHIS, portanto, é a de possibilitar um diálogo entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tanto como referência conceitual quanto operacional. O (a) aluno (a) tem nesse espaço a possibilidade de vivenciar, na prática, conceitos e conhecimentos aprendidos e ensinados teoricamente na sala de aula e que podem ser mais bem apreendidos e problematizados por meio de atividades e experiências nesse espaço que permite o contato entre o Ensino Básico, Graduação e Pós-Graduação.

Regulamento

O Laboratório de Ensino em História – LEHIS criado no ano de 2014 pelo Colegiado de Curso, mediante Regulamento Próprio (Resolução N°. 008/2014 – CDO de 06 de novembro de 2014). É um espaço em que estudantes do curso de História da UNESPAR, *campus* de Campo Mourão, desenvolvem projetos referentes à metodologia de ensino, preparando, entre outras atividades, as intervenções que serão realizadas nos estágios supervisionados em História I e II, assim como no

PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência). É um ambiente que permite a troca de experiências e intercâmbio de ideias, fomentando o debate acerca da prática docente no campo do ensino de História. O espaço conta com livros didáticos, dissertações e teses que auxiliam os (as) estudantes nas atividades referentes à docência.

O LEHIS é utilizado para a produção de material didático-pedagógico para os colégios, aulas teóricas e práticas na Graduação, reuniões pedagógicas, reuniões do PIBID e reuniões com professores (as) do Ensino Básico. No laboratório há disponibilidade de vários materiais para a pesquisa como computadores, acesso a internet, livros, dissertações, teses e outros. Novos materiais são constantemente agregados para ser disponibilizados e utilizados nas pesquisas feitas pelo corpo discente do curso. Nesse espaço também são feitas atividades de extensão, principalmente com estudantes do Ensino Básico e comunidade local, que ao visitar o LEHIS conhecem a sua estrutura, o seu funcionamento, e também são tratadas problemáticas referentes ao conhecimento histórico e produção de material didático-pedagógico.

O objetivo do LEHIS é ser um espaço utilizado para o desenvolvimento integrativo entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tanto como referência conceitual quanto operacional. O corpo discente do curso tem nesse espaço a possibilidade de vivenciar, na prática, conceitos e conhecimentos aprendidos e ensinados teoricamente na sala de aula e que podem ser mais bem apreendidos e problematizados por meio de atividades e experiências nesse espaço que permite o contato entre o Ensino Básico, Graduação e Pós-Graduação.

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES

Artigo 1º O Laboratório de Ensino em História - LEHIS - órgão ligado ao Curso de História, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* de Campo Mourão - é um espaço que se destina aos estudos e pesquisas na área do ensino em História e ações extensionistas.

Artigo 2º O Laboratório é aberto ao corpo docente e discente da UNESPAR - *campus* de Campo Mourão – que queira desenvolver estudos e pesquisas nas áreas que o caracterizam.

Artigo 3º O LEHIS poderá receber pesquisadores (as) visitantes e estudantes de outras instituições de Ensino Superior, desde que autorizados pela Coordenação do Laboratório, respeitadas as normas vigentes na UNESPAR.

Artigo 4º O LEHIS poderá receber estudantes egressos (as) dos cursos de licenciatura em História, bem como de outros cursos de graduação da UNESPAR - *campus* de Campo Mourão, desde que autorizados pela Coordenação do Laboratório, respeitando as normas da instituição.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Artigo 5º O LEHIS – Laboratório de Ensino em História tem como objetivos:

- I. Auxiliar as atividades práticas das disciplinas do curso de História;
- II. Incentivar a realização de estudos, pesquisas, cursos, debates que propiciem discussões e reflexões sobre as temáticas referentes à História;
- III. Propiciar ao corpo discente do curso de História um espaço para elaboração de recursos didático-pedagógicos, visando o ensino e aprendizagem em História na Educação Básica.
- IV. Disponibilizar recursos didático-pedagógicos que auxiliem docentes e discentes no processo de ensino e aprendizagem em História.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA

Artigo 6º Para a realização de suas finalidades, o LEHIS – Laboratório de Ensino em História, vinculado ao Curso de História da UNESPAR – *campus* de Campo Mourão - tem a seguinte estrutura:

- I. Colegiado de curso.
- II. Coordenação do LEHIS.

DO COLEGIADO DE CURSO

Artigo 7º. O Colegiado do curso de História é órgão consultivo e deliberativo sobre assuntos relativos ao LEHIS, quando se tratar de responsabilidades não atribuídas à Coordenação do LEHIS.

DA COORDENAÇÃO

Artigo 8º. A Coordenação do LEHIS, com funções normativas de organização e supervisão, é constituída por:

- I. Docente indicado e aprovado pelo Colegiado do curso de História da UNESPAR - *campus* de Campo Mourão;
- II. O tempo de Coordenação do LEHIS será de dois (02) anos, com possibilidade de renovação por mais dois (02) anos, desde que aprovada pelo Colegiado de curso.

Artigo 9º. Cabe à Coordenação do LEHIS:

- I. Estabelecer as diretrizes gerais de atuação do Laboratório;
- II. Organizar os planos anuais de atividades do LEHIS;
- III. Zelar pelo andamento adequado e de qualidade do desenvolvimento das atividades do LEHIS;
- IV. Orientar as atividades acadêmicas a serem realizadas pelo LEHIS, tais como: seminários, ciclos de debates, grupos de estudos, ciclos de cinema, cursos de extensão; atividades de iniciação à docência;
- V. Captar recursos junto aos órgãos de fomento;
- VI. Apresentar relatório anual de atividades desenvolvidas pelo LEHIS para apreciação e aprovação no Colegiado de Curso.

Artigo 10º. Compete à Coordenação do Laboratório estabelecer normas e procedimentos para o bom andamento dos trabalhos.

CAPÍTULO IV

DA UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ENSINO EM HISTÓRIA

Artigo 11. A utilização do Laboratório de forma individual ou de forma coletiva por docentes e/ou discentes será permitida nos horários regulares de seu funcionamento.

Parágrafo único. O horário de funcionamento do LEHIS será estipulado e divulgado pela coordenação do mesmo.

Artigo 12. Para utilização e manuseio dos equipamentos, os(as) usuários(as) deverão observar as normas, os procedimentos e recomendações afixadas no Laboratório.

Artigo 13. Visando garantir o bom atendimento aos(às) usuários(as), preservação dos equipamentos, um ambiente adequado e propício ao desenvolvimento das atividades acadêmicas de pesquisa, é importante:

- I. Manter a limpeza do ambiente;
- II. Não escrever nas mesas e demais mobiliários;
- III. Não comer ou beber no recinto;
- IV. Utilizar as instalações e os equipamentos do Laboratório da forma recomendada pelos procedimentos da sala (em caso de dúvida, informar-se com os/as responsáveis);
- V. Não expor materiais em paredes sem a devida autorização;

VI. Não guardar materiais pessoais junto aos materiais do Laboratório.

Artigo 14. Ao utilizar materiais e equipamentos, o(a) usuário(a) deve:

- I. Verificar se o equipamento apresenta as condições necessárias para uso;
- II. Reportar qualquer problema à pessoa responsável, caso constate alguma irregularidade;

Parágrafo único. No caso de dano causado pela inobservância do inciso anterior, a responsabilidade pela utilização passa a ser do(a) próprio(a) usuário(a).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 15. É proibido o uso do Laboratório por pessoas estranhas ao meio acadêmico da UNESPAR – *campus* de Campo Mourão, sem a devida autorização da pessoa responsável pelo Laboratório de Ensino em História.

Artigo 16. Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de História, em consonância com as normativas da UNESPAR - *campus* de Campo Mourão.

Artigo 17. O presente Regulamento entra em vigor na data da publicação de sua aprovação.